



Sobre o texto de Ricardo a Marx, de Marx a Ricardo, sobre o livro de Piketty, sobre a dinâmica das desigualdades no capitalismo: algumas reflexões

Autor(es): Mota, Júlio

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39788>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-2_29

Accessed : 20-Sep-2019 09:10:29

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo II

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA



COIMBRA

**SOBRE O TEXTO DE RICARDO A MARX,
DE MARX A RICARDO,
SOBRE O LIVRO DE PIKETTY,
SOBRE A DINÂMICA
DAS DESIGUALDADES NO CAPITALISMO**

ALGUMAS REFLEXÕES ^{1 2}

Introdução

Quis o acaso que tivéssemos escolhido como tema da nossa última aula, apresentada na Faculdade de Economia da

¹ Agradeço aos nossos “revisores e consultores oficiais”, Luís Lopes e Margarida Antunes, a leitura minuciosa feita ao texto, as sugestões que nos foram dadas, quer de conteúdos, quer de forma, que assim, com o seu esforço e entusiasmo, tornaram este texto coerentemente apresentável. É de sublinhar que se erros existem, de exposição ou de interpretação dos textos referenciados, são da nossa inteira responsabilidade.

² A primeira versão deste texto, mais pequena e compactada, foi disponibilizada pelo blogue *A Viagem dos Argonautas*, em Maio de 2014. Agradeço uma vez mais a Margarida Antunes o seu enorme e cuidadoso trabalho em preparar o presente texto estruturado inicialmente para um blogue, transformando-o completamente ao colocá-lo num formato e numa estrutura bem diferente, na versão que aqui se apresenta para a edição especial da revista *Boletim de Ciências Económicas*. Aparentemente fácil, mas só na aparência, pois tratou-se de um trabalho moroso e a exigir grande concentração, para além do domínio sobre a matéria de base em análise.

Universidade de Coimbra, em 2012, o tema *De Ricardo a Marx, de Marx a Ricardo, nos caminhos da globalização*, onde se falou muito de repartição de rendimento. Aula feita, referências da nossa vida de professor arrumadas num canto qualquer da nossa memória, mas eis que um livro, não um livro qualquer, um livro que se quer assumir à partida como sendo o *Das Kapital* do século XXI, *Le capital au XXI.º siècle*, de Thomas Piketty, nos obrigou a relembrar o que então escrevemos.

Nesse texto de então, nessa última aula, falámos de Ricardo, de Marx e de Sraffa, falámos da importância que desde Ricardo assume a distribuição de rendimento para a Economia, falámos do capital como um direito e não como um activo físico, considerando que a grande alteração no capitalismo a partir dos anos de 1980 foi passar-se da ideia do salário como variável independente, ou seja, um salário socialmente negociado e aceite, e da taxa de lucro como variável dependente para a situação inversa, para a situação de hoje em que esta taxa passou a variável independente e o salário a variável dependente, imposta, residual, ou como diz ANTUNES (2005), na sua tese de doutoramento, a variável salário passou a ser uma variável de ajustamento. E do nosso ponto de vista é aí e com essa mudança que se desenrolam as grandes contradições do sistema capitalista, agudizadas estas quando se passou ao espaço mundial, global, intencional e organizadamente desregulado.

Surge entretanto a obra de Piketty com uma narrativa bem simples: baseia as suas explicações sobre a desigualdade na repartição de rendimento e na acumulação de riqueza assim como a evolução destas durante um período longo num modelo de capacidade explicativa bem reduzida, se é que tem alguma, que é o modelo neoclássico padrão. Neste modelo, a taxa de crescimento da economia é considerada uma variável exógena (dada em crescimento equilibrado ou regular pela soma da taxa de crescimento da população empregada com a

taxa de crescimento da produtividade do trabalho) e com esta, à taxa de poupança dada e constante, determina-se o capital por unidade de produto ou rendimento que assegura o crescimento regular. Obtida a partir destas duas variáveis a relação capital por unidade de produto e considerando que a taxa de rentabilidade do capital por unidade de produto é definida pela produtividade marginal daquele, ou seja, pelas condições técnicas de produção, então obtém-se o lucro por unidade de produto criado. Neste modelo, se a taxa de rentabilidade do capital for maior que a taxa de crescimento da economia, a sociedade capitalista caminha a passos largos para uma situação onde podem ocorrer violentos conflitos sociais devido à dinâmica das desigualdades criadas ao nível do rendimento e da riqueza. Se a taxa de rentabilidade do capital for igual à taxa de crescimento da economia, o sistema entra numa situação de estabilidade quanto àquelas duas variáveis e se a taxa de rentabilidade do capital for menor haverá redução das desigualdades, a situação inversa da primeira. Esta terceira hipótese é para Piketty uma excepção. Com efeito, para este autor, a contradição fundamental do capitalismo, o crescimento das desigualdades, deve-se ao facto de se convergir para situações em que a taxa de rentabilidade do capital é superior à taxa de crescimento da economia. Mecânica pura, é disso que fala Piketty, e não de luta de classes. Mas destas relações falaremos depois de forma extensiva.

É certo que o livro de Piketty é considerado magistral por muitos, talvez o seja pelo que mostra, pelo que induz a pensar, pelo que da realidade torna evidente. É, no entanto, ao mesmo tempo bem modesto como poder explicativo das crises actuais e do que lhes possa suceder. Bem modesto ainda quanto à via proposta para a possibilidade do capitalismo sair das contradições em que se encontra e que o podem levar a uma crise ainda bem maior do que as presentes, pois a proposta de saída das crises em termos políticos emerge do

modelo que as gerou, considerando que as crises se resolveriam por uma maior tributação sobre os rendimentos mais elevados. Não se tocaria no sistema, tal qual está estruturado, abalavam-se apenas as grandes fortunas e de forma marginal. Com isto, impedia-se assim a eclosão de fortes lutas sociais, com tudo o que arrastam, desde que salvaguardados os princípios que geram a criação do excedente e a realização da produção, ou seja, desde que salvaguardado o modelo de acordo com o qual as grandes decisões são tomadas e estas são tomadas *ex-ante* à redistribuição de rendimento e mesmo *ex-ante* à formação do próprio rendimento.

Parece paradoxal, mas acreditamos mesmo que a força do recente trabalho de Piketty face ao sistema dominante, neoliberal e neoclássico por definição, reside no facto de as conclusões terríveis a que chega serem deduzidas a partir do próprio modelo neoliberal, ou seja, a sua força política reside, na minha opinião, na sua fraqueza teórica. E é isso que preocupa os neoliberais, o serem criticados a partir do seu próprio modelo.

Querer substituir *O Capital* de Marx por uma outra explicação do capitalismo, em oposição total a Marx e utilizando uma metodologia de análise assente no mesmo modelo que está na base das crises actuais, é uma aventura que considerávamos inimaginável e extraordinariamente ambiciosa, já para não dizer inútil³. Assim, se a explicação da dinâmica do

³ Sublinhe-se o que diz PALLEY (2014b) numa resposta a Krugman: “Faz uma enorme diferença no plano político e na política económica se a extrema desigualdade é explicada como consequência das condições técnicas de produção da produtividade marginal ou pelos poderes económico e político que determinam a estrutura de propriedade e a parte do rendimento de capitais no rendimento global. Em segundo lugar, a utilização do conceito da produtividade marginal para explicar a distribuição de rendimento é sujeita a um enorme conjunto de objecções que, colec-

capitalismo é a que é oferecida pelo modelo neoclássico, também a saída da contradição central do capitalismo identificada por Piketty — a actual repartição de rendimento — é a que o mesmo modelo lhe permite, ou seja, uma redistribuição de rendimento, *ex-post* à própria formação dos rendimentos e das desigualdades seguintes.

1. A distribuição de rendimento, tema central na Economia

A repartição de rendimento é tema estudado desde os primórdios da Economia como ciência. Encontramo-lo em Ricardo para quem o objecto desta ciência é o estudo das leis desta repartição. Retomando os *Princípios*, tal como o fizemos na nossa última aula (MOTA, 2012), podemos aí ler:

O produto da terra — tudo o que se extrai da sua superfície pela aplicação conjunta do trabalho, equipamento e capital — é dividido pelas três classes da comunidade, quer dizer, o proprietário da terra, o possuidor do capital necessário para o seu cultivo e os trabalhadores que a amanham.

Porém, cada uma destas classes terá, segundo o avanço da civilização, uma participação muito diferente no produto total da terra, participação esta denominada respectivamente renda, lucros e salários; esta situação dependerá principalmente da fertilidade da terra, da acumulação do capital e da densidade da população e da habilidade, inteligência e alfaías aplicadas na agricultura.

O principal problema da Economia Política consiste em determinar as leis que regem esta distribuição (RICARDO, 1970: 25).

tivamente, mostram que a teoria dominante [o *mainstream*] tem logicamente grandes falhas e é inaceitável como descrição da realidade”.

A questão aqui levantada é, de forma clara, completamente oposta à perspectiva de Piketty. É o preço dos “factores” de produção a determinar a evolução do preço dos produtos ou, alternativamente, é o preço dos produtos, como resultado da oferta e procura, a determinar depois o preço dos “factores”? Trata-se de duas vias de análise, duas vias a representarem dois mundos antagónicos, a partir da mudança de uma só hipótese, a repartição de rendimento como centro ou como resultado. A propósito disto, vale a pena regressar ao texto da nossa última aula (MOTA, 2012: 7 ss.):

Curiosamente, agora que a pressão dos mercados sobre quem trabalha é enorme, agora que os neoliberais na prática, e com que fúria o fazem, aplicam este ponto de vista, forcem por todos os meios possíveis a redução dos custos com o argumento de que é preciso ganhar competitividade. Não esperam então que seja o mercado a determinar o preço dos “factores”, não, são eles, os políticos, que o determinam para ajustarem os preços dos produtos à concorrência internacional.

Não deixa de ser uma ironia trágica pensar hoje na crise presente e considerar-se que a repartição de rendimento ou os seus disfuncionamentos são o pano de fundo de onde esta mesma emerge. Ricardo, de novo. Também indo um pouco mais longe, mesmo que de modo muito rápido, relembro aqui Michael Spence, prémio Nobel da Economia, num seu trabalho de 2011, sob o tema *Globalização e Desemprego: as desvantagens da integração dos mercados*, onde com alguma ironia amarga se lê:

Confrontados com um resultado económico indesejável, os economistas tendem a assumir que a sua causa é uma deficiência do mercado. As falhas de mercado aparecem através de vários canais, de várias formas, seja através das ineficiências provocadas por lacunas de informação, seja até pelos impactos não avaliáveis das

externalidades, como a degradação do meio ambiente. Mas os efeitos sobre a economia americana resultantes da evolução estrutural da economia global não é uma deficiência do mercado: não é um resultado economicamente ineficaz. (Sobre a economia global, se alguma coisa se pode dizer é que ela tem sido cada vez mais eficiente.) Mas não deixa de ser motivo de grande preocupação os problemas na distribuição de rendimento que se estão a ampliar na economia global, que se estão a criar particularmente nas economias avançadas. Nem toda a gente está a ganhar nestes países, e alguns podem mesmo estar a perder.

Embora todos beneficiem de preços mais baixos nos bens e serviços, as pessoas também se preocupam muito com as possibilidades de estarem empregadas no processo produtivo e com a qualidade do seu trabalho. A diminuição das oportunidades de emprego são imediatamente sentidas, não acontecendo o mesmo quanto ao aumento do rendimento real resultante de preços mais baixos. Por exemplo, de acordo com estudos recentes, um número substancial de americanos acredita que os seus filhos terão menos oportunidades de emprego do que eles tiveram. A lenta recuperação da recente crise económica pode estar a afectar estas percepções, o que significa que estas últimas se podem dissipar com a melhoria da situação económica e quando o crescimento voltar a verificar-se. Mas a evolução estrutural a longo prazo da economia global e da economia americana sugere que as questões da distribuição de rendimento continuarão a levantar-se. Estas têm de ser levadas a sério.

Para além da desigualdade entre cidadãos do mesmo país podemos falar igualmente da desigualdade criada entre países, problema tanto mais grave quanto esta pode levar à divisão da Europa em duas a três zonas ou mesmo à dissolução da

zona euro com o caos que se lhe seguirá. Sobre isto, dissemos também:

Mas não estaremos nós agora a acrescentar uma outra divisão com a Europa que se tem estado a desenhar, com a falta de solidariedade entre os que são ameaçados pelos mercados de capitais e os que ganham com isso, entre os países ricos e os ditos periféricos, os do Sul? À divisão dentro de uma classe não é agora equivalente a divisão entre países do mesmo espaço integrado? Não estaremos nós, os habitantes dos países do Sul, apanhados que estamos a ser pelas políticas de ajustamento estrutural, a pagar as pensões de reforma relativamente elevadas dos idosos das classes média-alta dos países ditos ricos, dos países do Norte europeu? E por duas vias? A primeira, pela via do argumento da qualidade, que faz com que os capitais voem para os países do Norte, e a Alemanha em particular, dispondo-se a comprar títulos públicos alemães, os *Bunds*, a baixíssima taxa de juro? A segunda via através da deflação dos custos das casas ao sol e dos serviços conexos, das casas de repouso de luxo para a terceira idade, em especial também a alemã, como está a acontecer em Espanha? E, em termos mais gerais, não estaremos também a pagar estas mesmas pensões através da redução dos custos imposta pelas políticas deflacionistas para tornar mais baratos os produtos exportados pelos nossos países, os que estão em dificuldades financeiras ⁴? Não será a falta de solidariedade a que se referia

⁴ Já depois do texto apresentado na FEUC, o jornal *Público* noticiava a 25 de Maio [de 2012]: “Berlim mostra-se favorável à criação de zonas económicas especiais nos estados da zona euro abalados pela crise da dívida. A ideia seria atrair investidores estrangeiros com benefícios fiscais e regras menos rígidas, relata uma publicação semanal alemã, que não cita fontes, atribuindo a autoria do plano à administração federal alemã. O plano germânico prevê também que os estados em crise reformem o seu mercado de trabalho com base no modelo laboral alemão, tornando mais flexível a protecção contra os despedimentos ou diminuindo os custos salariais”.

Emmanuel equivalente àquela que todos sentimos agora, com a Europa a desfazer-se política e socialmente? Estas questões, que aqui deixamos, exigem tempo e exigem muitas discussões (MOTA, 2012: 11 s.).

Historicamente, com Ricardo e com Marx, com o Estado Providência dos anos de 1960 igualmente, tinha mais sentido tomar o salário como a variável independente do sistema, assumida como um “acquis” ao longo da história do capitalismo, garantida por contratações colectivas de trabalho ou por outros mecanismos de regulação dos níveis salariais, enquanto a taxa de lucro seria um resíduo resultante das receitas operacionais obtidas.

Esta questão, mais uma, também dominou os debates naquela época. E de que maneira. Hoje, veja-se a cegueira com que os líderes da União Europeia se atiram à variável salário, a qual tem vindo sucessivamente a perder estatuto de variável independente, procurando-se cada vez mais colocar o salário como variável de ajustamento, como variável dependente quer dos resultados de produção previamente definidos, estes geralmente dependentes das condições aleatórias dos mercados, quer muitas das vezes da taxa de rentabilidade financeira também ela definida *a priori*. Por outras palavras, o salário está a perder o elemento moral e histórico da sua determinação, elemento este que ultrapassa o âmbito da empresa e que valida socialmente o salário.

2. A crítica à teoria dominante ou um mundo capitalista sem capital

Uma vez que o modelo neoclássico é fulcral no texto de Piketty e que a repartição de rendimento é central nos modelos de análise económica da nossa preferência, como os modelos neo-ricardianos, mesmo os mais simples, façamos a partir destes

a crítica ao modelo neoclássico e aos seus resultados e ilustremos de forma ainda mais evidente o papel impar que assume a repartição de rendimento, como expressão, como *ayant-droits*, como sinónimo de luta de classes na apropriação da produção. Uma questão de poder, lembra-nos Adam Smith.

2.1. Análise crítica do modelo neoclássico

Tomemos uma pequeníssima síntese dos trabalhos de Piero Sraffa, de Pierangelo Garegnani, de Arun Bose, de Ronald Meek, de Geoffrey Harcourt, de Ian Steedman, de John Metcalfe, de Domenico Mário Nuti, de Luigi Pasinetti e de tantos outros, apresentando um modelo simplificado da teoria neo-ricardiana, uma versão simples do modelo de Ricardo-Sraffa que muitas vezes utilizámos para fins de ordem pedagógica e prática. Com estes autores, obtínhamos alguns dos resultados críticos mais relevantes explicitados no texto de referência de SRAFFA (1960) e sem a necessidade de utilizar o nível de formalização que este exigia. Vejamos deles uma pequena síntese.

Considere-se então um país e dois produtos, que podem ser simultaneamente bens de consumo e bens de capital, e o sistema de preços respectivo:

$$\begin{aligned} (x_{aa}p_a + x_{ba}p_b)(1+r) + l_a w &= p_a \\ (x_{ab}p_a + x_{bb}p_b)(1+r) + l_b w &= p_b \\ p_a &= 1 \end{aligned}$$

Os parâmetros x_{ij} representam as quantidades do bem i necessários à produção de uma unidade do bem j — por exemplo, x_{aa} traduz a quantidade do bem a que é necessária à produção de uma unidade do próprio bem a —, l_a e l_b as quantidades de trabalho directo utilizadas por unidade do bem a e do bem b respectivamente, r a taxa de lucro, w o salário e p_a e p_b os preços unitários do bem a do bem b respectivamente.

Bem a bem, a combinação dos parâmetros x_{ij} e de l_j expressa a técnica com que se produz cada um deles.

Como precisamos de uma unidade de medida, façamos como BORTKIEWICZ (1971), tomando um dos bens como numerário; seja então $p_a = 1$. Com esta igualdade, uma equação, temos agora três equações e quatro incógnitas, p_a, p_b, r e w , o que torna impossível determinar a solução do sistema. Isto remete para o problema da identificação da variável independente que, neste caso, assumimos que é a variável w , tomando-a assim como um dado e não como uma solução determinada pelo modelo. Resolvendo este modelo bem simples, obtemos uma relação entre w e r , $w = w(r)$, e uma outra relação entre p_b e r , ou seja, $p_b = p_b[w(r)]$. As soluções são encontradas à boa maneira dos clássicos, sem qualquer referência à procura e à oferta. Matematicamente, a relação $w = w(r)$ vem dada por:

$$w(r) = \frac{[1-x_{aa}(1+r)][1-x_{bb}(1+r)]-x_{ab}x_{ba}(1+r)^2}{l_a[1-x_{bb}(1+r)]+l_bx_{ba}(1+r)}$$

Repare-se que, quando $r = 0$, temos:

$$w(0) = \frac{(1-x_{aa})(1-x_{bb})-x_{ab}x_{ba}}{l_a(1-x_{bb})+l_bx_{ba}}$$

Esta última expressão dá assim o valor de w quando r é igual a zero e representa a situação de salário máximo e simultaneamente o produto líquido por trabalhador expresso em unidades do bem a , como veremos mais à frente.

Quanto à relação $p_b = p_b[w(r)]$, obtemos:

$$p_b(r) = \frac{l_ax_{ba}(1+r)+l_b[1-x_{aa}(1+r)]}{l_a[1-x_{bb}(1+r)]+l_bx_{ba}(1+r)}$$

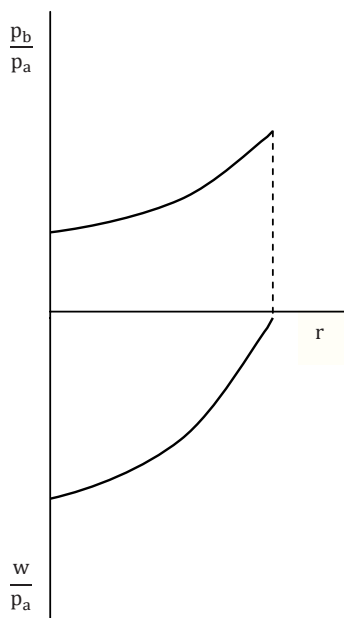
De igual modo, quando $r = 0$, vem então:

$$p_b(0) = \frac{l_a x_{ba} + l_b(1-x_{aa})}{l_a(1-x_{bb}) + l_b x_{ba}}$$

Este último rácio expressa a relação de troca entre os dois bens, ou seja, o seu preço relativo, como sendo igual à relação das quantidades de trabalho necessárias à produção unitária de cada um dos bens, ou seja, a relação de troca entre dois bens que só se pode verificar num mundo não capitalista, num estágio rude e primitivo da sociedade, como o exprimiu claramente SMITH (1987).

Num sistema com diversos bens de capital, com salários e lucros, as funções $p_b[w(r)]$ e $w(r)$ podem ter uma configuração como a exemplificada no gráfico 1.

Gráfico 1. As funções $p_b[w(r)]$ e $w(r)$



Em paralelo com o sistema de preços, há um sistema de volumes ou de quantidades, dado por:

$$\begin{aligned} L &= l_a X_a + l_b X_b \\ X_a &= x_{aa} X_a + x_{ab} X_b + C_a \\ X_b &= x_{ba} X_a + x_{bb} X_b \end{aligned}$$

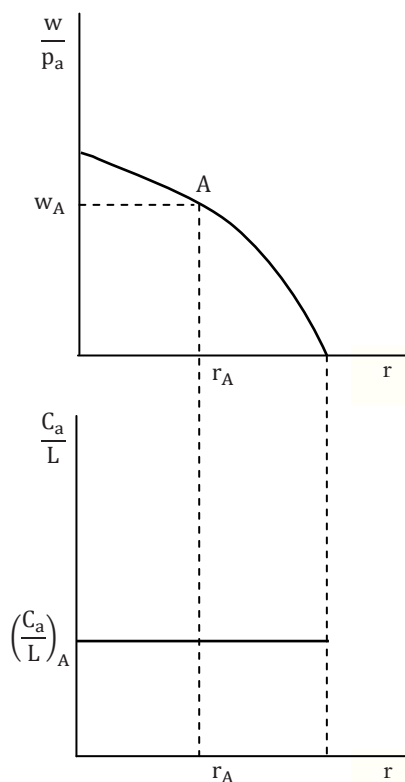
A primeira equação traduz a equação do pleno emprego e as outras duas expressam respectivamente a produção e as utilizações da produção do bem *a* e do bem *b*, considerando neste caso que este último bem é apenas bem de capital.

Da resolução deste sistema, obtemos a expressão para $\frac{C_a}{L}$, ou seja, obtemos o valor y_a que significa o produto líquido por trabalhador:

$$y_a = \frac{C_a}{L} = \frac{(1-x_{aa})(1-x_{bb})-x_{ab}x_{ba}}{l_a(1-x_{bb})+l_bx_{ba}}$$

No nosso caso, $\frac{C_a}{L}$ é uma constante, que pode ainda ser dada pelo valor de *w* quando *r* é igual a zero, como se referiu anteriormente. Logicamente é assim, pois no caso de duas classes na luta pela repartição de rendimento, se uma, os capitalistas, não ganham nada, então os trabalhadores ganham eles um salário igual ao produto líquido que produzem. O produto líquido por trabalhador aparece assim a não depender de qualquer coisa de vago, como é o caso da produtividade marginal do trabalho, não sendo assim dos trabalhadores a responsabilidade de se atingir ou não um produto líquido por trabalhador elevado, pois este depende afinal de escolhas técnicas. Continuando com a situação do gráfico 1, a relação entre *r* e $\frac{C_a}{L}$ é dada pelo gráfico 2.

Gráfico 2. O produto líquido por trabalhador



Imaginemos agora que temos uma outra técnica admissível para produzir o bem b . Existem assim duas técnicas possíveis, as técnicas b_1 e b_2 que podem ser associadas, uma a uma, à técnica para produzir o bem a , gerando-se deste modo dois sistemas produtivos, diferentes entre si pela técnica utilizada para produzir o bem b . Sabemos já que cada par de equações dá uma configuração de preços e uma outra de volumes, que cada par de equações dá uma relação $w(r)$ e uma relação $p_b[w(r)]$. À combinação dada pela técnica de a e pela técnica b_1 , o par de técnicas (a, b_1) , chamemos sistema α e à combinação (a, b_2) sistema β . O mesmo se passa com a rela-

ção $p_{b_1}[w(r)]$ resultante de (a, b_1) e com $p_{b_2}[w(r)]$ dada por (a, b_2) . Ambas as $w(r)$ são equações de segundo grau em r .

Temos assim dois sistemas ou dois pares de técnicas e importa saber se têm algum ponto em comum no espaço das variáveis distributivas (r, w) , ou seja, se há valores de r que asseguram $w_1 = w_2$. Como se trata de equações de segundo grau, podem existir no máximo dois valores de r positivos que verificam esta igualização. Podemos pois ter uma situação em que não há nenhum ponto comum e os dois sistemas não se intersectam e um deles domina sempre o outro, pois para cada valor de w é sempre o sistema escolhido porque permite um valor de r mais elevado, ou que há um ponto comum e os dois sistemas intersectam-se uma só vez, conforme mostra o gráfico 3, ou que há dois pontos comuns e os sistemas intersectam-se duas vezes, como no gráfico 4.

As duas últimas hipóteses são importantes para análise presente e, por isso, passemos a vê-las mais detalhadamente.

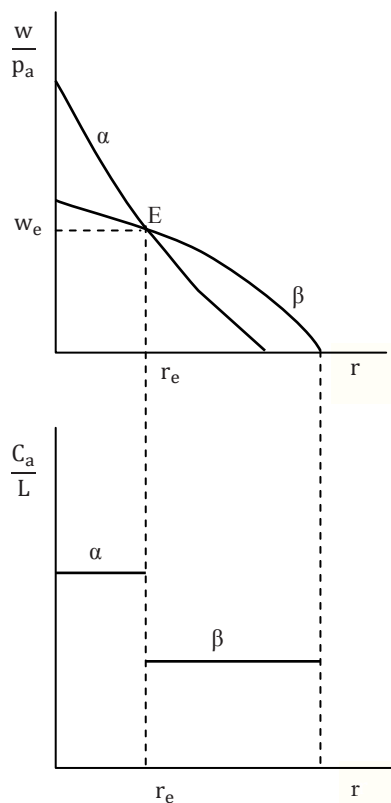
Hipótese 1: Há um só ponto de intersecção, ou seja, um par $(r$ e $w)$ comum aos dois sistemas.

Situando a nossa análise em termos gráficos, relacionando taxa de lucro e salário, por um lado, e taxa de lucro e produto líquido por trabalhador, por outro, será que o mercado, será que a economia entregue às livres forças de mercado, opta sempre pelo sistema que maximiza o produto líquido por trabalhador?

Olhando para o gráfico 3, para cada nível de salário superior ao indicado por w_e , o sistema de concorrência perfeita aqui pressuposto faz com que os empresários, com o critério de maximização da taxa de lucro, sejam levados a escolher o sistema α , com a técnica b_1 , e é este sistema que garante no mercado o preço relativo mais baixo. Porém, para salários mais baixos que w_e temos a técnica b_2 a ser escolhida pelos empresários, porque corresponde ao sistema (sistema β) que

maior taxa de lucro garante e esse é também o sistema que assegura o preço relativo mais baixo.

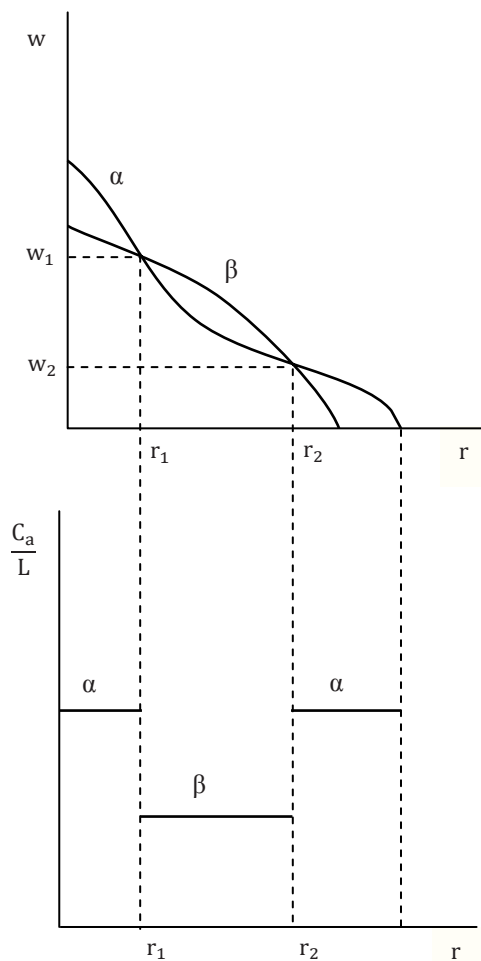
Gráfico 3. Dois sistemas e um ponto de intersecção



Quanto ao produto líquido por trabalhador, o critério de maximização da taxa de lucro nem sempre garante que se atinge o seu maior nível possível, no quadro dos conhecimentos técnicos existentes. Para valores menores que w_e , alcança-se a maior taxa de lucro, mas o menor produto líquido por trabalhador. Trata-se de decisões estabelecidas pelos mercados antes portanto de entrar em jogo qualquer mecanismo de redistribuição do excedente criado.

Hipótese 2: As duas curvas intersectam-se duas vezes, tal como mostra o gráfico 4. Neste caso, para cada um dos dois níveis de salário inerentes às duas intersecções, está associado um respectivo valor de r comum, dois no total.

Gráfico 4.
Dois sistemas e dois pontos de intersecção



Para valores de w superiores a w_1 e inferiores a w_2 será sempre a técnica ou sistema α que será seleccionada e quando o salário percorre o intervalo $w_2 < w < w_1$ será a técnica ou sistema β a ser escolhida. Como sublinha PASINETTI (1975: 190):

1. No ponto de passagem do sistema α e β os preços de todas as mercadorias são os mesmos, quer sejam produzidos pelo sistema α quer pelo β .
2. Quando a dada taxa de salário, um dos sistemas é o escolhido, é porque lhe corresponde uma taxa de lucro superior, o que significa que tem preços mais baixos que os que estão associados ao outro sistema e isto para todas as mercadorias.
3. Os resultados anteriores são independentes do bem tomado como unidade de medida.
4. A fronteira que relaciona salários e lucros é decrescente com o aumento da taxa de lucro.

Neste exemplo, uma técnica ou sistema pode ser utilizada para dada repartição de rendimento, mas quando as situações na repartição mudam, esta técnica ou sistema pode desaparecer, podendo reaparecer se a repartição continuar a evoluir no mesmo sentido. Este fenómeno chama-se retorno das técnicas ou fenómeno de *reswitching*. É o que mostra o gráfico 4 quando r percorre todo o intervalo possível. Também neste intervalo, é o próprio produto líquido por trabalhador que vai variando, significando isto que são as próprias condições de produção e de reprodução da economia que tornam as condições sociais e políticas instáveis. Estamos a falar de decisões estabelecidas exclusivamente pelos mercados com o intuito da maximização da taxa de lucro, a variável rainha da economia e tudo isto sem entrar em jogo qualquer mecanismo de redistribuição do excedente criado.

Na mesma lógica, parece-nos, pode ser entendida a posição de CONCIALDI (2014) quando afirma:

Estas pistas [a saída da crise na Europa] só podem ser viáveis se e só elas se inscreverem num projecto mais amplo onde a convergência das economias nacionais não é deixada ao sabor “de uma livre-troca” generalizada em que as forças do mercado seriam verdadeiramente o único vector determinante. Por outras palavras, tem de se supor formas de regulação destas mesmas trocas diferentes das actuais. O debate entre comércio livre e protecção não tem dado, não dá, resposta a esta questão, porque permanece centrado nos meios. Ora, é articulando as regras das trocas às finalidades negociadas que se pode avançar para uma convergência económica e social entre as Nações e ao mesmo tempo organizar, em cada uma delas, formas de redistribuição (do emprego e dos rendimentos) que não deixem nas margens de uma mundialização selvagem proporções cada vez maiores de trabalhadores e de populações.

Organizar, criar formas de regulação das trocas internacionais, onde as economias não fiquem ao sabor de uma livre troca generalizada, eis a sugestão de Concialdi que partilhamos.

A defesa de um sistema de mercado livre, como o fazem os neoclássicos, mostra a demagogia, mais uma vez, de quem aconselha os governos actuais quanto à formação da produtividade do trabalho e seus efeitos na formação dos salários. O que quisemos mostrar é que a decisão das escolhas técnicas depende de muitos factores sobretudo da repartição de rendimento como também e logicamente das opções quanto ao investimento. Sendo assim, a responsabilidade em relação ao produto líquido por trabalhador não pode ser atribuída aos trabalhadores, pois não são responsáveis por essas decisões, ou seja, não tem nenhum sentido culpabilizá-los pela sua suposta baixa produtividade, determinada sempre pelas condições

técnicas de produção. No campo que aqui nos interessa, ter-se um feriado a mais ou a menos, um, dois, três, não tem nada a ver com a produtividade do trabalho, porque essa mede-se por hora trabalhada, a técnica dada, enquanto os lucros, esses, dependem inversamente do salário pago por hora de trabalho efectuada. Assim, a extorsão de feriados aos trabalhadores diminui o salário horário, pode fazer crescer a massa de lucros, aumenta a intensidade do trabalho, expressa pelo número de horas de trabalho em dado período de tempo, mas nunca a produtividade do trabalho. A técnica dada, esta produtividade é independente da repartição de rendimento e o que se está a fazer é alterar compulsivamente esta mesma repartição. A demagogia, de facto, é aquela que os académicos conselheiros produzem e que os outros implicitamente aceitam.

Ao nível da produção, está-se a criar condições de repartição de rendimento que afectam toda a economia quer a nível nacional quer a nível internacional, o que pode vir a reconfigurar quer as técnicas escolhidas quer a produção à escala planetária, inclusive. Não será portanto a redistribuição do excedente, como sugere Piketty, uma decisão *ex-post* à actuação das forças do mercado selvagem, que será a saída da crise maior em que o sistema capitalista está a cair. A redistribuição de rendimento pode e deve ser um problema sério a tratar politicamente, mas os problemas da distribuição *ex-ante* à produção são de longe mais sérios, são o centro vital a resolver, de modo a criar condições de estabilidade e crescimento. Relembremos aqui a posição de GALBRAITH (2014) sobre o mesmo tema e a propósito do livro de Piketty:

Se o centro do problema é uma taxa de rentabilidade em activos privados que é demasiado alta, a melhor solução é então prosseguir políticas que provoquem a descida dessa taxa. Como? Aumentando o salário mínimo! Isso baixa a taxa de rentabilidade do capital que assenta na utilização de salários baixos. Apoie-se os sindicatos! Taxem-se os lucros e as

mais-valias pessoais, incluindo os dividendos! Baixe-se a taxa de juro exigida realmente para a actividade produtiva! Faça-se isto criando condições para que haja novos financiadores do sistema público que cooperem com este e que substituam os *zombies* mega-bancos de hoje.

Na sequência de Galbraith, podemos ir um pouco mais longe. Para além das propostas do autor, poder-se-ia, por exemplo, alterar a legislação laboral de modo a “desflexibilizar” o mercado de trabalho, regular o investimento directo estrangeiro e, em especial, as deslocalizações produtivas, separar a banca de investimento da banca comercial, de modo a evitar-se a financeirização da economia, reassumir como determinantes as políticas do lado da procura em detrimento da opção política de se privilegiar de forma absoluta as políticas de oferta, sendo central neste âmbito tornar a valorizar o salário como uma componente de rendimento e não apenas como um custo de produção e variável de ajustamento.

Deste modo, de uma forma simples, mostra-se que as livres forças de mercado não conduzem obrigatoriamente à maximização do produto e muito menos a uma distribuição justa deste, o que poderia exigir a presença, mais uma vez, do Estado como regulador efectivo. Mas isto muitos neoliberais o poderiam dizer, como por exemplo Paul Samuelson que no final da sua vida afirmou que não tinha nada a ver com Milton Friedman. A verdade é que não basta isso, o Estado tem de readquirir capacidades de produção de bens e serviços públicos, tem de garantir o fornecimento de bens e serviços públicos não enquadrado na lógica mercantil, tem de funcionar como o senhor dos tempos e dos relógios que os contabilizam, que em cada momento define, regula e ajusta os mercados em prol do resultado colectivo. Isto pressupõe necessariamente um outro projecto para a sociedade, um outro modelo económico que não o neoliberal, hoje dominante.

2.2. Análise crítica dos resultados principais do modelo neoclássico

Na base do funcionamento do modelo económico presente estão todos os resultados da teoria neoclássica que são recusados por ausência de consistência lógica, por não poderem ser suportados em nenhuma matriz de produção que represente o capitalismo e onde haja mais do que um bem de capital, ou seja, onde haja heterogeneidade do capital, característica central de qualquer sistema produtivo. Sendo assim, de acordo com o modelo neo-ricardiano exposto, podemos concluir que a formação dos preços em equilíbrio não depende da procura. Estes, sim, dependem das técnicas escolhidas e estas dependem das variáveis de distribuição em causa, ou melhor, dependem da taxa de lucro a maximizar, a variável de decisão nos mercados, e isto independentemente de se verificar igualmente ou não a maximização do produto líquido por trabalhador.

Continuando a utilizar o modelo neo-ricardiano, podemos agora submeter os principais resultados da teoria neoclássica à poderosa e demolidora crítica desencadeada pelos economistas que andaram próximos de Keynes e de Sraffa, os economistas da Escola de Cambridge (Inglaterra).

No quadro da teoria neoclássica, modelo pelo qual os seus autores e defensores entendem representar, ver e actuar sobre o mundo, supondo-se mercados livres, digamos agora desregulados, o primeiro grande resultado é o de que as remunerações do trabalho e do capital são iguais às respectivas produtividades marginais. Um teorema, o de Euler, assegura que na função de produção Cobb-Douglas, elemento basilar desta teoria ensinada a todos os estudantes de Economia, o rendimento é distribuído por salários e lucros na proporção das respectivas produtividades marginais, ou seja, o acréscimo de produção obtido por acréscimo unitário do trabalho e do

capital respectivamente, com tudo o resto constante. Curiosamente, num mundo onde há heterogeneidade de capital, quando variam as remunerações dos “factores” de produção variam os preços, varia o valor do capital e quando varia o valor do capital, portanto, *com tudo o resto constante* é hipótese que não se pode genericamente verificar! Por outras palavras, seria necessário que a variação do capital por trabalhador reflectisse única e simplesmente as variações nas quantidades físicas dos meios de produção para que assim se pudesse

$$\text{ter } r = \frac{dy}{dk}.$$

Este primeiro grande resultado neoclássico será agora rompido. Para tal, olhemos com mais atenção para o ponto (r_2, w_2) do gráfico 4. De acordo com o exposto anteriormente, o produto líquido por trabalhador do sistema α é dado por $w_\alpha(0)$, quando r é zero, e do sistema β por $w_\beta(0)$, quando r é zero. Para o salário w_1 , os dois sistemas atingem a mesma taxa de lucro e o mesmo se passa para o salário w_2 . Neste caso, a diferença entre $w_\alpha(0)$ e w_2 e a entre $w_\beta(0)$ e w_2 dão então os lucros por trabalhador (rk) associados respectivamente ao sistema α e ao sistema β . Ora, os lucros por trabalhador são mais altos no sistema α do que no sistema β enquanto o salário que está a ser considerado é o mesmo. Como a taxa de lucro nesse ponto é a mesma nos dois sistemas ($r_\alpha = r_\beta$) e como $r_\alpha k_\alpha > r_\beta k_\beta$, retira-se que k_α (o capital por trabalhador no sistema α) terá de ser superior a k_β (o capital por trabalhador no sistema β). Para o cálculo destes valores não precisamos de nenhuma teoria de distribuição de rendimento. Sabemos que $k = -\frac{dw}{dr}$ ⁵, quando o capital é remunerado segundo a sua

⁵ Seja y o produto líquido por trabalhador, o $\frac{C_\alpha}{L}$ já utilizado, w o salário, k o capital por trabalhador aos preços em vigor e r a taxa de

produtividade marginal, ou seja, de acordo com a lógica da teoria neoclássica, o que graficamente é dado pelo valor absoluto da tangente a qualquer uma das curvas. Analisando o gráfico 4 e o ponto em questão, vemos que este valor é mais baixo com o sistema α do que com o sistema β , que é o contrário dos valores matemática e contabilisticamente encontrados. Conclusão imediata: esta teoria está errada ao pressupor os “factores” de produção remunerados segundo a sua produtividade marginal.

Vejam agora o mesmo raciocínio para o ponto (r_1, w_1) . O produto líquido por trabalhador do sistema α é $w_\alpha(0)$, quando r é zero, e do sistema β é $w_\beta(0)$, quando r é zero. O salário é dado por w_1 , independentemente do sistema usado. Como vimos antes, a diferença entre $w_\alpha(0)$ e w_1 e a entre $w_\beta(0)$ e w_1 dão os lucros por trabalhador respectivamente do sistema α e do sistema β e, deste modo,

lucro. Temos assim no quadro de duas classes sociais a disputarem-se na repartição de rendimento $y = w + rk$, de onde se retira que $dy = dw + rdk + kdr$. Matematicamente é assim e independentemente de toda e qualquer teoria sobre a repartição do valor criado. Admita-se agora que os “factores” capital e trabalho são remunerados segundo a sua produtividade marginal, em concordância com a teoria neoclássica. Sendo assim, $r = \frac{dy}{dk}$ ou, ainda, $rdk = dy$. Substituindo isto na expressão anterior que é independente do quadro teórico analisado, obtemos como resultado da teoria da repartição de rendimento dos neoclássicos $dy = dw + dy + kdr$, de onde se obtém $k = -\frac{dw}{dr}$.

Relembramos a este propósito uma conferência onde Joan Robinson pediu a Paul Samuelson que lhe explicasse o que entendia ele por produtividade marginal. A resposta é de espantar: não me lembro, respondeu ele. Assim, Samuelson contornava a pergunta que Robinson lhe colocaria a seguir: como se mede então o capital, para se calcular r , quando o próprio capital depende dos preços e estes dependem de r . O que é o capital, uma pergunta-chave em economia, portanto.

os lucros por trabalhador são superiores com o sistema α . Sendo a taxa de lucro nesse ponto a mesma nos dois sistemas e $r_\alpha k_\alpha > r_\beta k_\beta$, conclui-se que $k_\alpha > k_\beta$ tal como no caso anterior, pois a identidade contabilística é a mesma. Quanto ao valor absoluto da tangente à curva do sistema β neste ponto, este é necessariamente inferior ao valor absoluto respectivo do sistema α , ou seja, o capital por trabalhador de acordo com a teoria neoclássica é mais baixo no sistema β do que no sistema α e então, neste caso, as duas formas de determinar o capital por trabalhador coincidem. Neste caso, a ordenação dos bens em intensidades capitalísticas (o capital por trabalhador) defendida pelos neoclássicos coincide com a que é dada pelos valores contabilísticos. Porém, o facto de a ordenação coincidir não permite validar a teoria neoclássica da repartição de rendimento. Para ser válida seria necessário que a coincidência se verificasse em todos os pontos de intersecção; a validade de uma teoria não pode ficar dependente do ponto que se esteja a analisar.

Posto isto, estamos agora em condições de mostrar que os outros dois resultados-chave que emergem do modelo neoclássico também não se verificam tal qual este modelo estipula. Os resultados em questão são os seguintes:

- a r decrescente, ou seja, a $\frac{w}{r}$ crescente, aumenta de forma monótona a intensidade capitalística e inversamente;
- a r decrescente, ou seja, a $\frac{w}{r}$ crescente, aumenta o produto líquido por trabalhador.

Para analisarmos atentamente a incoerência destes dois resultados utilizemos então o gráfico 4 e os dois sistemas $w(r)$ respectivos.

Olhemos para o gráfico e para o ponto (r_2, w_2) . Situados na vizinhança deste ponto à direita e deslocando-nos para um ponto

na sua vizinhança mas à esquerda deste mesmo ponto, estamos a fazer a transição na vizinhança do ponto considerado quando w sobe e r desce, passando-se do sistema α para o sistema β .

Os dados contabilísticos dizem que neste ponto, como se mostrou anteriormente, $k_\alpha > k_\beta$. Ora, com r a descer, passa a ser utilizado o sistema β e este sistema representa, de facto, um menor k (uma menor intensidade capitalística), o que contradiz o primeiro dos resultados da teoria neoclássica agora analisados. A mesma questão pode ser analisada recordando que $k = -\frac{dw}{dr}$. Sabemos que se w crescer então r desce e vice-versa, ou seja, sabemos que $\frac{dw}{dr}$ é sempre negativo e, como está afecto com o sinal negativo, então quando $\frac{w}{r}$ sobe k sobe igualmente e vice-versa. Na linguagem ainda mais simbólica, diríamos que $k = k\left(\frac{w}{r}\right)^+$, onde o sinal mais em expoente significa que k e $\frac{w}{r}$ evoluem no mesmo sentido.

Relativamente ao outro resultado, conforme podemos ver no gráfico 4, com a passagem do sistema α para o sistema β , temos com r a descer um menor produto líquido por trabalhador, expresso por $w_\beta(0)$, o que contradiz igualmente a teoria neoclássica. Dos dois resultados em conjunto conclui-se que, de acordo com esta teoria, o capital por trabalhador evolui no mesmo sentido do produto líquido por trabalhador. Sendo assim, uma vez não verificado nenhum destes dois resultados, rompe-se igualmente a relação entre aquelas duas variáveis.

Vejamos agora o mesmo raciocínio para o ponto (r_1, w_1) . Situados na vizinhança deste ponto à direita e deslocando-nos para um ponto na sua vizinhança mas à esquerda, quando w sobe e r desce, passamos do sistema β para o sistema α . Neste ponto, tal como já vimos, $k_\alpha > k_\beta$. Assim, na passagem de um ponto na vizinhança do ponto (r_1, w_1) , à sua direita, para um ponto na sua vizinhança mas à sua esquerda, ou seja, quando

se verifica uma diminuição de r , temos a passagem então de um sistema relativamente menos capitalístico (o de β) para um sistema relativamente mais capitalístico (o de α), o que coincide com a teoria neoclássica, de acordo com a qual uma diminuição de r corresponde a passagem para um sistema relativamente mais intensivo em capital.

Todos estes resultados que acabámos de discutir mostram que, para um dado ponto de intersecção das curvas $w(r)$, temos uma ordenação das intensidades capitalistas e que para o outro temos uma outra ordenação e isto para os mesmos dois sistemas, o que é contraditório com aquilo que ensina a teoria neoclássica. E note-se que nada disto pode ser imputado ao sistema de preços, pois na vizinha dos pontos considerados o sistema de preços é, por definição, exactamente o mesmo. Tudo tem a ver com o fenómeno da heterogeneidade de bens de capital, com o facto de haver diferentes bens físicos como bens de capital, o que leva à necessidade de se ter um sistema de preços para determinar exactamente o valor do capital, mas o sistema de preços depende ele próprio da repartição de rendimento, com o qual se quer medir esta mesma repartição!

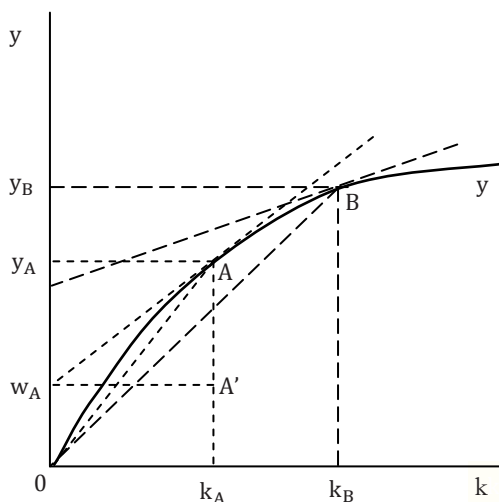
Como assinala PASINETTI (1975: 204) sobre os sistemas de retorno das técnicas:

Situados em r_1 , um aumento da taxa de lucro significa a passagem para um sistema com um valor de capital por trabalhador mais baixo [não imputável aos preços como se acabou de referir], com um rendimento por trabalhador menor também. No ponto r_2 , um aumento da taxa de lucro significa a passagem de um sistema com menos capital por trabalhador para um sistema com mais capital por trabalhador e com maior rendimento por trabalhador [como se vê, um aumento de taxa de lucro num caso significa uma coisa, num outro caso significa outra exactamente oposta!].

Estes resultados da teoria neoclássica e as suas relações de monotonia podem ser expressos no gráfico 5 que representa

uma ferramenta fundamental no ensino da teoria neoclássica de que já falámos, a função de produção Cobb-Douglas. Tem-se em abscissas o capital por trabalhador k e em ordenadas o produto líquido por trabalhador y , que corresponde nas funções $w(r)$ à situação em que r é zero.

Gráfico 5. Função Cobb-Douglas



A função de produção assume a formulação $Y = AK^\gamma L^{1-\gamma}$ ou, ainda, $Y = F(K, L)$ ou $y = f\left(\frac{K}{L}\right) = f(k)$, onde Y representa o produto nacional. Dado o facto de ser uma função homogénea de grau um, pode ser escrita como $Y = L \frac{\partial F}{\partial L} + K \frac{\partial F}{\partial K}$. Nesta soma, a primeira parcela representa a “contribuição” do trabalho na formação do rendimento criado no país enquanto a segunda representa a “contribuição” do capital na formação do mesmo rendimento. Sendo os “factores” de produção remunerados segundo a sua produtividade marginal, então a primeira parcela representa a massa salarial, cujo peso no ren-

dimento é $(1 - \gamma)$ e a segunda a massa dos lucros com um peso no rendimento igual a γ .

Na última expressão, dividindo tudo por L , obtemos a expressão do produto líquido por trabalhador $y = \frac{\partial F}{\partial L} + k \frac{\partial F}{\partial K}$. Sabendo que os “factores” são remunerados segundo a sua produtividade marginal, por substituição, obtemos $y = w + rk$, expressão esta que já conhecemos.

No gráfico 5, no ponto A , a tangente a este ponto expressa os lucros por unidade de capital r , dados por $\frac{dy}{dk}$, que multiplicado pelo capital por trabalhador k , expressa o “direito” do capital à repartição do produto criado, rk_A , que assume o valor do segmento AA' ou, no eixo das ordenadas, do segmento $\overline{w_A y_A}$. Conhecido o valor y_A e dado o montante de lucros, é fácil concluir que $\overline{0w_A}$ traduz o salário w , traduz o “direito” do trabalhador ao produto de acordo com o que exactamente contribuiu para a obtenção do produto final. O segmento $\overline{0y_A} = \overline{0w_A} + \overline{w_A y_A}$ representa pois $y = w + rk$, ou seja, a expressão que temos vindo sucessivamente a utilizar, sabendo-se agora a carga ideológica que pode significar.

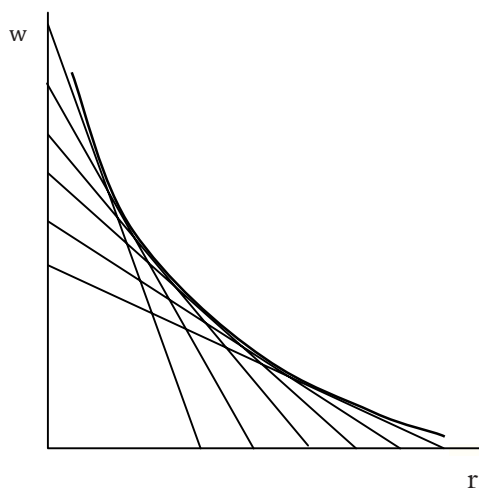
Evoluindo ao longo da curva para o ponto B, à direita de A, temos um produto líquido por trabalhador a aumentar, temos um capital por trabalhador também mais elevado, enquanto a tangente tem menor inclinação, a representar uma taxa de lucro mais baixa. A monotonia é aqui evidente. Ao longo da curva e à medida que nos afastamos da origem do sistema de eixos, temos valores de r a descer, valores de k a subirem. Num simples gráfico, apresentámos os três grandes resultados da teoria neoclássica, cuja incoerência no mundo capitalista, onde a heterogeneidade de bens de capital é a norma, mostrámos com o auxílio da teoria neo-ricardiana.

Assim, de acordo com a teoria neoclássica, deixando o mercado completamente livre, assegurando-se a concorrência perfeita, cada “factor” ganha segundo aquilo que contribui para a produ-

ção e não há portanto nem exploradores, nem explorados. Deste modo, e de acordo com o modelo, tem então razão Rick Santorum (REILLY, 2013), até há muito pouco tempo senador americano, que denunciou o termo “classe média” como sendo “um termo do marxismo”, porque, veja-se, considera que não há classes sociais nos estados Unidos. E ao aceitar-se a função Cobb-Douglas, estaríamos assim a aceitar o discurso da extrema-direita americana ou a concluir que esta tem como suporte a teoria neoclássica.

Os três resultados fundamentais da teoria neoclássica podem ser bem evidenciados também através da função de produção à Samuelson (SAMUELSON, 1962) ou como ele próprio lhe chamou “a função sucedânea de produção” ou fronteira do preço dos “factores”, explicitando-se neste caso o que no gráfico 5 estava apenas relativamente implícito. Com esta fronteira, Samuelson aparentemente responde aos neo-ricardianos, criando uma réplica da função Cobb Douglas no espaço (r, w) , tal como mostra o gráfico 6, onde se pressupõe infinitos sistemas de produção com heterogeneidade de bens de capital. Mas responde só na aparência, como veremos.

Gráfico 6. Função de produção à Samuelson



No espaço (r, w) , temos múltiplas linhas/relações $w(r)$ em que cada uma representa um sistema de produção definido por um par de técnicas para produzir os dois bens. As relações, todas elas, são lineares a garantir que k é constante em cada sistema qualquer que seja a repartição de rendimento entre r e w . A função convexa relativamente aos eixos, a cheio, representa em cada ponto de tangência o k respectivo definido pelo sistema de produção (linear) tangente à função no ponto considerado. À medida que nos deslocamos da direita para a esquerda, à medida que vamos diminuindo r , encontramos uma outra linha de maior inclinação, passando de um ponto a outro na linha a cheio. À medida que nos deslocamos neste sentido, temos assim r a descer e k a subir e a intersecção da linha com o eixo do w cada vez mais distante da origem. Deste modo, uma vez que a intersecção de uma linha a representar um qualquer sistema $w(r)$ com o eixo dos w representa o ponto em que r é zero, temos igualmente γ a aumentar. Enfim, esta função de produção é produto da genialidade de Samuelson, mas isto não chega. Este passo de magia é conseguido à custa de uma hipótese que não tem nada de mágico e que torna esta construção elegante mas completamente inútil. Com efeito, as relações $w(r)$ lineares significam que os dois bens têm a mesma intensidade capitalística. Ora, sendo assim, os dois bens são, do ponto de vista da produção, idênticos (GAREGNANI, 1970), ou seja, os resultados da teoria neoclássica assumem-se como conceptualmente válidos num mundo de infinitas técnicas mas a um só bem, isto é, num mundo que não existe. Mais ainda, quando os bens são idênticos do ponto de vista de produção, as relações de troca de equilíbrio são determinadas pelas quantidades de trabalho directa e indirectamente necessárias à sua produção, isto é, são as que correspondem a um estágio rude e primitivo da sociedade. E é esse o modelo que Piketty vem

agora recuperar. Com que amarga ironia pudemos ler no seu livro: “A hipótese Cobb-Douglas [a função de produção neoclássica que salvaguarda os postulados acima, como vimos] é, por vezes, uma boa hipótese para analisar subperíodos e constitui um bom ponto de partida útil para a reflexão” (PIKETTY, 2013: 346).

Em síntese, diremos, os três resultados da teoria neoclássica acima referidos são claramente postos em causa, os mesmos três resultados sintetizados na função de produção à Samuelson. Sendo assim, por exemplo, não se deve ensinar aos estudantes que cada “factor” de produção é remunerado segundo a sua produtividade marginal sem explicar o que significa *tudo o resto constante*, sem uma perspectiva fortemente crítica e explicitando-lhes económica e ideologicamente o que vale toda esta construção. Estes três resultados da teoria neoclássica, adicionados ao facto de considerarem que a determinação dos preços depende da oferta e procura, e não do custo dos “factores”, representam o quadro ideológico da economia dominante e são o suporte teórico para a desregulação dos mercados a partir do qual se justificam todas as políticas neoliberais. Todos os seus resultados, todos os seus fundamentos ideológicos, são logicamente postos em questão e são estes que directa ou indirectamente Piketty vem agora querer recuperar. Com efeito, PIKETTY (2013: 346) não se distancia em nada da visão neoclássica da repartição de rendimento quando aceita o conceito de produtividade marginal que, segundo ele, é “definida independentemente das instituições e das regras — ou da ausência delas — que caracterizam a repartição capital-trabalho numa dada sociedade”⁶. É curioso, dada a ambição do título do livro,

⁶ A propósito do “factor” capital, diz PIKETTY (2013: 343): “um aumento do capital por unidade de rendimento conduz a uma descida muito forte da produtividade marginal do capital (a supor

verificar que a sua explicação sobre a produtividade marginal acaba por aceitar o conceito criado pelos neoclássicos e assim não ganha nenhuma distância face à visão apologética que é transmitida pela função Cobb-Douglas, distinguindo-se em detalhes apenas. O capítulo 6 do seu livro, a que deu o título de “A partição entre capital e trabalho no século XXI” é emblemático. Citemos aqui apenas uma passagem deste capítulo sobre o assunto: “a hipótese Cobb-Douglas, que tem subjacente uma completa estabilidade de repartição entre capital e trabalho, não permite ter em conta de forma *totalmente satisfatória* as evoluções a longo prazo” (o itálico é nosso) (PIKETTY, 2013: 346).

Relativamente a estas ligações estreitas entre a análise teórica de Piketty e a teoria dominante, vale a pena citar PALLEY (2014a) quando fala de *Le capital au XXI^e siècle*:

Estes aspectos levaram alguns críticos a desencantar os velhos argumentos de “Cambridge” sobre a incoerência intelectual da teoria da produtividade marginal ligada à repartição de rendimento. Os críticos também alegam que Piketty mistura os conceitos de capital físico e financeiro, desprezando o papel da finança na determinação da taxa de rentabilidade e na estrutura de repartição de rendimento e de riqueza. Há dois problemas nestas respostas. Primeiro, os economistas da corrente de pensamento dominante decidiram há já muito tempo nem sequer olharem ou darem ouvidos a tais argumentos. Em segundo lugar, tais argumentos erram o alvo: a natureza do capitalismo.

Uma resposta mais adequada consiste em as críticas manterem o argumento da taxa de lucro *versus* taxa de crescimento, descartando simultaneamente o argumento da produtividade marginal neoclássica da teoria de Piketty. Os economistas da corrente de pensamento dominante irão

que o rendimento do capital é determinado pela sua produtividade marginal)”.

insistir na história convencional de que a taxa de lucro é determinada tecnologicamente. No entanto, tal como Piketty sublinha a espaços, na realidade a taxa de lucro é política e socialmente determinada por factores que influenciam a distribuição do poder político e económico. O crescimento é também influenciado por opções políticas e institucionais. É neste ponto que é de insistir no argumento que é o que os críticos da corrente de pensamento económico dominante têm feito (sem qualquer resultado) há décadas. A grande contribuição do livro do Piketty é que cria uma nova oportunidade nesta direcção.

Este questionamento dos resultados da teoria neoclássica, como já dissemos, é o produto de um profundo debate entre duas grandes escolas de Economia, MIT e Cambridge (Inglaterra)⁷, que envolveu economistas com grande formação em matemática e matemáticos. Profundos debates em que se revelou grande maturidade científica, longe portanto daquilo que PIKETTY (2013: 63) diz no seu livro:

A economia como ciência nunca saiu, de todo, da sua paixão infantil pelas matemáticas e pelas especulações puramente teóricas, e frequentemente muito ideológicas, em prejuízo da investigação histórica e da sua ligação com as outras ciências sociais. Muito frequentemente, os economistas estão sobretudo preocupados com pequenos problemas matemáticos que só a eles lhes interessam, o que lhes permite ganhar ares de cientificidade e de evitar terem de responder às questões complicadas postas pelo mundo que os envolve.

⁷ Curiosamente, PIKETTY (2013: 364 ss) dedica quatro páginas às controvérsias de Cambridge mas onde não se fala de nada disto. Impressiona-nos e interrogamo-nos se este silêncio não representa mesmo alguma desonestidade intelectual! Voltaremos a esta questão posteriormente.

É verdade que temos de dar razão a Piketty quando pensamos em muitos trabalhos de origem neoclássica que têm pautado presentemente a disciplina da Economia, mas certos discordamos dele quando elimina todo o debate em volta do conceito de capital e toma como base explicativa do mundo uma teoria “de base matemática” sem nenhuma aderência à realidade. Assim, ter-se-á de perguntar se não é de facto Piketty que tem também uma visão “infantil” sobre o que é a Economia.

3. Dinâmica do capitalismo e crescimento: da análise dos pós-keynesianos à análise de Piketty

Depois de analisados os três resultados fundamentais da teoria neoclássica, passemos agora à apresentação breve das duas relações fundamentais do capitalismo assim assumidas por Piketty.

Para analisar a primeira relação fundamental de Piketty, partamos de $\tau = \frac{R}{Y}$, onde R é o montante dos lucros e Y o rendimento nacional; sendo assim, τ traduz o peso dos lucros no rendimento nacional ou os lucros por unidade de produto⁸. Desta expressão retira-se $\tau = \frac{R}{K} \frac{K}{Y}$, em que K significa a quantidade total de capital da sociedade, o seu património. Sobre esta expressão, diz PIKETTY (2013: 93): “Se bem que tautológica esta relação deve ligar de forma simples e transparente os três conceitos mais importantes para a análise do sistema capitalista”. O autor refere o fundamental: é uma relação tautológica. Sendo assim, e como primeira conclusão,

⁸ Na teoria marxista, esta relação representa o excedente por unidade de rendimento criado.

podemos dizer que estão ausentes as linhas de tensão subjacentes à dinâmica do capitalismo actual.

Nesta tautologia, $\frac{R}{K}$ expressa a taxa de rentabilidade do capital (o referido património) representada por r , e $\frac{K}{Y}$ o capital por unidade de produto, dado por μ . Deste modo, temos:

$$\tau = r\mu$$

Esta é então a primeira relação fundamental do capitalismo considerada por Piketty. De acordo com esta, os lucros por unidade de produto τ são função da taxa de rentabilidade do capital r e do capital por unidade de produto μ . Com μ constante, uma diminuição de salários, ou seja, um aumento da taxa de rentabilidade do capital r levará a uma subida do peso dos lucros no rendimento nacional τ . De igual modo, com r constante, o aumento de μ leva portanto ao aumento de τ . Neste caso, no entanto, o aumento de μ , a expressão do desenvolvimento do capitalismo segundo Piketty, pode não

significar isto mesmo. Com efeito, sendo $\mu = \frac{K}{Y} = \frac{\frac{K}{L}}{\frac{Y}{L}}$, pode-

mos ter um decréscimo de μ em que a produtividade do trabalho $\left(\frac{Y}{L}\right)$ cresce relativamente mais que o capital por trabalhador $\left(\frac{K}{L}\right)$, significando isto que pode haver um desenvolvimento do capitalismo dado por uma subida intensiva da produtividade do trabalho e, em simultâneo, verificar-se uma diminuição do capital por unidade de produto. Ao ser assim, neste caso, só poderá haver aumento do τ com a subida de r e de tal forma que compense a diminuição de μ . Por outras palavras, o peso dos lucros no rendimento nacional cresce devido a mecanismos políticos e institucionais que

levam à descida relativa do salário, mesmo acompanhada pela subida da produtividade do trabalho. Com isto, reencontramos as posições típicas dos grandes clássicos.

Vejamos agora a segunda relação fundamental de Piketty. Em equilíbrio, mas só em equilíbrio, a poupança gerada *ex-post*, a poupança total obtida no final do período, é igual ao investimento esperado *ex-ante* que, por seu lado, é igual ao investimento realizado *ex-post*, sem resultar em variação de existências, traduzindo cada um destes agregados realidades independentes, que não resultam obrigatoriamente dos mesmos agentes. Neste quadro de referência, temos então $I = S$.

Sendo g a taxa de crescimento do produto que é considerada por Piketty igual à taxa de acumulação do capital quando tudo cresce à mesma taxa e com a tecnologia constante (situação que se designa por crescimento regular da economia), temos $g = \frac{I}{K}$, em que I representa o volume de investimento; sendo assim, $I = gK$. Por seu turno, $S = sY$, onde s significa a propensão média a poupar.

Estando numa situação de equilíbrio, $I = S$ e então $gK = sY$, de que obtemos $g = s \frac{Y}{K}$. Como $\frac{Y}{K}$ é o inverso de μ , temos então $g = \frac{s}{\mu}$ ou ainda:

$$\mu = \frac{s}{g}$$

Esta é a segunda relação fundamental do capitalismo para Piketty, a propósito da qual chama a atenção que “o modelo de crescimento à Solow se impôs definitivamente, a partir dos anos de 1970–1980” (PIKETTY, 2013: 366). Assim, sobre esta segunda relação, PIKETTY (2013: 367; 265 ss) afirma:

A lei $\mu = \frac{s}{g}$ descreve, é certo, uma trajectória de crescimento onde todas as grandezas macroeconómicas — *stock* de

capital, fluxos de rendimento e de produção — crescem ao mesmo ritmo a longo prazo. [...] Trata-se de uma lei assimp-tótica, isto é, válida apenas em termos de longo prazo: se um país poupa uma proporção s do seu rendimento de forma indefinida e se a taxa de crescimento do seu rendimento nacional é igual a g de forma permanente, então o capital por unidade de rendimento tende a aproximar-se cada vez mais de $\mu = \frac{s}{g}$, e depois estabilizar-se a este nível. [...]

A relação $\mu = \frac{s}{g}$ é a única relação capital/rendimento que permanece estável num país que aforra uma fracção s dos seus rendimentos e cujo rendimento cresce à taxa g . [...]

A lei $\mu = \frac{s}{g}$ não explica os choques de curto prazo sofridos pela relação capital/rendimento — da mesma forma que não explica as guerras mundiais ou a crise de 1929, acontecimentos que podem ser considerados como choques de uma amplitude extrema — mas permite compreender qual o nível de equilíbrio potencial para o qual a relação capital/rendimento converge no longo prazo, para além dos choques e das crises.

Está-se pois nesta análise bem distante de Harrod, de Kaldor, de Domar, de Kalecky e de tantos outros, uma vez que estamos apenas na trajectória de crescimento equilibrado. Piketty assume sem mais a expressão $I = S$, sem se preocupar com os mecanismos económicos que permitem pontualmente esta igualização, uma vez que se trata de agregados que resultam de comportamentos de agentes diferentes, e sem explicar a passagem de um ponto ao outro ao longo da sua trajectória de crescimento equilibrado. Considera g exógeno, o que significa que também nada refere quanto às determinantes do próprio crescimento económico, nem tão pouco no que respeita aos problemas de estabilização macroeconómica que o condiciona. Coloca-se do lado de Solow, interessa-lhe sobretudo as condições formais que verificam a trajectória de equilíbrio regular.

Nas suas relações fundamentais, a dinâmica característica do capitalismo fica excluída. Nada refere sobre o desenvolvimento tecnológico, sobre as destruições massivas e violentas de capital por usura moral ou física ou por um qualquer disfuncionamento do sistema⁹. Piketty distancia-se assim de Marx e de Schumpeter nestas matérias.

As relações fundamentais de Piketty podem ser analisadas em conjunto, bastando para isso introduzir a segunda relação na expressão da primeira e obter:

$$\tau = r \frac{s}{g}$$

Logicamente, com s contante como é sempre suposto por Piketty, quanto mais alta for a taxa de rentabilidade do capital r relativamente à taxa de crescimento do produto g , maior é o peso dos lucros no rendimento nacional τ . Genericamente, τ tende a crescer quando cresce r , diminui g , aumentam estas duas variáveis em simultâneo, aumentando relativamente mais r , e ainda quando s aumenta.

Vale a pena olhar para esta expressão independentemente do acordo ou desacordo quanto ao significado económico de cada um dos símbolos e do valor explicativo da própria igualdade. De acordo com Piketty, sendo r e s constantes, temos a parte relativa do excedente, τ , outra forma de apelidar o peso dos lucros no rendimento nacional, como função linear decrescente com g . Com g a diminuir, temos a parte relativa do excedente a subir, para se manter assim a

⁹ Centenas de páginas depois de ter desenvolvido a lei dinâmica do capitalismo, PIKETTY (2013: 573) refere-se, de passagem e de raspão, a esta questão da desvalorização do capital e da redução consequente de μ , dizendo que este rácio pode reduzir-se “devido a choques económicos, por exemplo um mau investimento, uma revolta de camponeses, uma crise financeira, um rendimento medíocre, e assim sucessivamente”.

situação de equilíbrio. É um raciocínio puramente mecânico, é “naturalmente” assim. Teria sido agradável ler, isso sim, Piketty a questionar as suas próprias hipóteses, questionar as razões económicas e sociais, a existirem, que poderão levar a que a propensão média a poupar se mantenha constante mesmo em períodos de abrandamento económico, ou seja, que razões justificam a hipótese de s ser constante com g a variar ao longo do tempo.

Vejamus esta mesma expressão de uma outra maneira, mais perto do sentido económico em que as variáveis devem ser compreendidas. Para tal, admitamos tal como faz Piketty que $I = gK$. O sistema encontra então a sua posição de equilíbrio quando este investimento antecipado, o investimento *ex-ante*, corresponde exactamente aos lucros que são poupados, a poupança que *ex-post* está materializada nestes investimentos entretanto constituídos, ou seja, quando $I = S$, igualdade esta que se verifica apenas quando toda a produção é vendida, uma parte constitui consumo e a outra investimento, existindo necessariamente uma contrapartida monetária. Sendo dois agregados de origens e naturezas diferentes, de agentes eventualmente diferentes, com g a variar, reflectindo variações económicas essenciais nos níveis de rendimento, por que razão se deve ter s constante? Em termos de equilíbrio, se g desce, o mesmo é dizer se a procura em bens de investimento I desce, necessariamente deve descer s , com tudo o resto constante, o que contraria Piketty. Sendo assim, mesmo no quadro do raciocínio simplista de Piketty em que se exclui quase tudo o que é dificuldade no capitalismo e entre as quais está uma fundamental — a dificuldade de realização ou de venda da produção — não faz sentido considerar s invariável. Noutros termos, Piketty apenas terá razão quando considera s constante se existir algo que economicamente anule qualquer variação desta variável ou então, o que ele faz, se considerarmos uma trajectória de longo prazo onde se anulam quaisquer

desequilíbrios conjunturais. É obviamente assim, uma vez que os desequilíbrios são excluídos naquela igualdade. Deste modo, as crises intrínsecas ao capitalismo como a crise presente estão, por definição, ausentes da análise de Piketty, o que ele aliás assume.

Podemos ver melhor esta questão, recordando o significado de cada uma das variáveis da expressão $\tau = r \frac{s}{g}$. Com

$$\text{isto, temos } \frac{L}{Y} = \frac{L}{K} \frac{\frac{S}{Y}}{\frac{I}{K}} \text{ ou ainda } \frac{L}{Y} = \frac{L}{K} \frac{S}{Y} \frac{K}{I},$$

ou seja, $I = S$. Assim, também por esta via, atingimos $I = S$, a confirmar a ideia de que Piketty se fecha nesta igualdade, não conseguindo portanto explicar a passagem de um ponto ao outro ao longo da sua trajetória de crescimento equilibrado, na qual se encontra permanentemente. Limita-se a analisar o que acontece em cada ponto, chegando mesmo a dar um exemplo bastante simples: “Se um país aforra anualmente 12% dos seus rendimentos e se o *stock* de capital é inicialmente igual a seis anos de rendimento, então o *stock* de capital vai crescer 2% ao ano”, acrescentando em nota que “12% do rendimento equivale a $\frac{12}{6} = 2\%$ do capital” (PIKETTY, 2013: 268). Utiliza simplesmente a expressão $\mu = \frac{s}{g}$, pressupondo $I = S$ e s independente de tudo.

E se s variar? Vejamos então as implicações no quadro das relações fundamentais de Piketty, partindo de um exemplo numérico dele próprio. Retomemos então $\tau = r \frac{s}{g}$ e consideremos que $g = 1\%$ e $r = 5\%$. Neste caso, $\frac{r}{g} = 5$ e temos $s = \frac{\tau}{5}$, o que significa que para estarmos na trajetória de crescimento regular tem de se poupar um quinto dos lucros por unidade de rendimento, destinando os capitalistas quatro quintos dos seus lucros ao consumo.

Imaginemos agora que s sobe para s' . Com r e g constante, tal facto significa que o sistema entrou em desequilíbrio pois passamos a ter $s' > \frac{\tau}{5}$. No quadro do raciocínio simplista e mecânico de Piketty, seria fácil encontrar uma nova situação de crescimento regular, pois, sabendo que $\tau = r\mu$ e que $\mu = \frac{s}{g}$, o aumento de s levaria a uma subida mecânica de μ que provocaria, por sua vez, um acréscimo de τ para τ' , atingindo-se assim a igualdade que garante o novo crescimento regular $\tau' = r \frac{s'}{g}$.

Mas será assim que as economias capitalistas funcionam, desta forma tão simplista? Como resposta a esta pergunta analisemos então o que se poderá passar numa situação de crescimento regular para outra. Com efeito, sendo $g = \frac{s}{\mu}$ e g a taxa de crescimento do produto, uma variável exógena, com a subida de s para s' , encontramos então uma taxa de acumulação do capital $g' = \frac{s'}{\mu}$, ou seja, a taxa de crescimento do produto g é agora inferior à taxa de acumulação do capital g' . Desta forma, τ é inferior ao que seria dado pelo dado direito da igualdade anterior, ao novo g' , que é agora superior a g . A partir daqui, para se atingir a nova situação de equilíbrio, é necessário que haja alterações em muitas variáveis. Como o valor de τ e de τ' são variáveis explicáveis, variáveis dependentes, e não variáveis explicativas, são então as variáveis do lado direito da expressão acima (r , s e g) que devem ser analisadas, uma vez que são as determinantes da subida possível de τ . Com r e τ por agora constantes e considerando a expressão $\tau = r \frac{s}{g}$, da qual se retira $s = \tau \frac{g}{r}$, a subida de s para s' levaria a que se encontrasse um g' que satisfizesse a nova relação $s' = \tau \frac{g'}{r}$. Mas a pergunta a fazer é a seguinte: tem sentido considerar r e τ constantes quando se está num processo de dinâmica de acumulação do capital? Seria pos-

sível, mas na condição de existir apenas acumulação extensiva, o que está ausente da dinâmica do capitalismo moderno. É portanto de supor que a passagem de g para g' significa uma acumulação intensiva do capital, com um aumento do capital por trabalhador, sendo isto só possível, na lógica capitalista, com um aumento imediato da taxa de lucro equivalente ao da taxa de rentabilidade do capital. Teríamos um aumento da taxa de lucro ao qual se pode adicionar um crescimento de μ e inclusivamente um novo valor de s diferente do s' inicialmente considerado, uma vez que s' é também uma variável que deve ser explicada pela realidade económica. A dinâmica da acumulação intensiva, expressa imediatamente pela redução dos custos unitários de produção, pode levar à diminuição do preço dos bens e simultaneamente conduzir à baixa dos salários nominais ou eventualmente reais. Desta forma, pode verificar-se um aumento de r . Este mecanismo de ajustamento é tanto mais rápido quanto se considera a presença de mais-valia relativa, ou seja, a salário real constante ou mesmo a subir, o que não é agora o caso, $\frac{y-w}{w}$ ou, de modo equivalente, $\frac{y-w}{y}$, tende a aumentar, o que só por si traduz uma outra subida de τ .

Hoje a realidade mostra que os dois movimentos, acumulação intensiva do capital e aumento da taxa de lucro, são possíveis. Tudo isto pode ser acompanhado por uma baixa do salário real (ou mesmo nominal) agravada agora por efeito da desregulação dos mercados de trabalho. Pode dar-se numa fase seguinte um outro fenómeno. O aumento de r verificado leva à deslocação de capitais para os sectores onde se deu este processo, o que acresce aí a concorrência, os preços descem e a taxa de lucro também segue o mesmo movimento desde a sua posição de pico anteriormente considerada. A tendência será mais uma vez a de repercutir isso sobre os salários nominais no sentido de proteger a taxa de lucro (perceba-se

Stuart Mill). Como aconteceu nos Trinta Anos Gloriosos, podemos igualmente ter uma acumulação intensiva e salários directamente indexados à taxa de inflação e à taxa de crescimento da produtividade do trabalho, mas infelizmente o neoliberalismo já fez desaparecer esta indexação e, como tal, o que temos são diminuições dos salários nominais superiores às dos preços dos bens. Lutas violentas se deram para conseguir essa indexação que agora desaparece sob a égide desta economia global. Ora, é sobre o controlo directo destas variáveis que se fazem ou desfazem os equilíbrios sociais, no mundo que antecede a produção e a realização (venda) dessa mesma produção, visão esta oposta à de Piketty.

Tudo isto ilustra que a passagem de uma situação de crescimento regular para outra pode ser um processo violento e altamente instável, com todas as variáveis, g , r e τ , a poderem ter comportamentos instáveis logo que se saia de uma posição de equilíbrio e até que τ volte a ser expresso por $\tau' = r' \frac{s'}{g'}$ e que a taxa de crescimento do produto g se torne igual à taxa de acumulação do capital g' . Esta instabilidade é tanto maior quando se está perante mercados de trabalho desregulados e num universo globalizado onde não há nenhuma regulação ao nível das próprias trocas comerciais, de tal forma que o próprio conceito de concorrência não falseada, conceito tão caro aos neoliberais, deixa de ter qualquer sentido.

Podíamos complicar ainda mais a análise, pois podemos ter uma taxa de crescimento do produto g superior à taxa de rentabilidade do capital r e, neste caso, os lucros por unidade de rendimento τ estariam a descer e não a subir como anteriormente. Nesta hipótese, seria a eventual subida de r que poderia levar ou não ao aumento de τ para e até se encontrar a nova situação de crescimento regular. E tudo isto porque se considerou um aumento de s , apenas isto. Ora, a variação de s traduz o comportamento perante a poupança que, como

acto colectivo, implica uma correspondente variação na economia real em termos de investimento I , e de todas as variáveis que a este podem estar ligadas, variações estas necessárias para justificar a subida dos lucros por unidade de rendimento τ , de que fala Piketty, e o facto de se alcançar assim uma nova situação de crescimento regular. E a pergunta imediata é então: não será antes a variação de s a resultante dos investimentos feitos, dos rendimentos adicionais gerados e de todas as variações económicas e sociais expressas pelo ambiente económico e político? Se assim é, mais uma razão para não nos posicionarmos na hipótese de s permanecer constante ao longo do tempo.

Conforme acabámos de ver são múltiplas as linhas de análise que ajudam a perceber a passagem de uma situação de crescimento regular para uma outra equivalente e que não encontramos em Piketty. Isto significa recuperar os grandes clássicos, estes que hoje mal se ensinam nas Universidades, nos cursos de Economia.

Um sinal deste distanciamento de Piketty encontra-se no seu conceito bem lato de capital, que é visto como um agregado de riquezas ao valor de mercado como nas bolsas. No fundo, o capital é basicamente visto como um património de que dispõem os países em dado momento do tempo. Por outras palavras, entende-se por capital o valor de mercado dos equipamentos produtivos, das instalações fabris, do capital imobiliário, dos terrenos, quer urbanos quer agrícolas, assim como o valor das instituições financeiras e dos seus gastos em bens de equipamento. Desta forma, ignora-se a diferença fundamental entre capital produtivo e improdutivo, ou seja, despreza-se Adam Smith e Marx; ignora-se as ideias de Marx e de Ricardo quanto ao capital como um direito à apropriação do excedente económico criado, assim como se ignora a teoria da renda diferencial em Ricardo e a teoria da renda absoluta em Marx; confundem-se igualmente lucros e rendas;

disfarçam-se rendimentos financeiros do sector financeiro com supostos serviços prestados ao sector produtivo. Por outras palavras, as estruturas de classes de que falava Ricardo na citação no início deste artigo são assim pura e simplesmente ignoradas.

Não discriminando os diferentes tipos de capital, Piketty ignora igualmente os efeitos das variações das rendas sobre os lucros, problema central em Ricardo, por exemplo, uma vez que estas variáveis evoluem simetricamente, expressando um conflito de classes, também assim ausente. Com a eliminação desta diferença de classes ignora ainda os efeitos da variação da repartição de rendimento sobre a própria taxa de crescimento do produto, que assume como exógena. Com esta simplicidade, para não dizer cinismo, Piketty passa por cima e despreza o trabalho de tantos investigadores sobre os mecanismos de crescimento económico e de entre estes não podemos deixar de destacar Adam Smith, com a sua teoria do valor comandado, ou Ricardo com a sua problemática do estado estacionário.

Tal como acabámos de ver, existe um conjunto de relações entre variáveis que se analisadas em conjunto dão uma boa imagem, nada mais do que isto, da dinâmica capitalista que está ausente na obra de Piketty. E as variáveis assim entendidas nada têm de tautológico, há apenas uma variável dependente, o valor de τ . A situação de crescimento regular torna-se assim extraordinariamente difícil de se verificar, dado o conjunto de variáveis em jogo todas elas com motivações e de agentes que podem ser muito diferentes. Os desequilíbrios são assim o estado “natural” do capitalismo, bem como as tensões sociais e económicas que estes implicam, que são tanto maiores quanto menor for o peso regulador efectivo do Estado. Como assinala FAUX (2014), “se Piketty está certo [na sua análise da evolução da repartição de rendimento], o tempo não está do seu lado. O seu estudo confirma o que David Ricardo, Karl Marx e outros economistas do século XIX perceberam bem mais cedo

sobre os mecanismos do capitalismo: este não é apenas injusto, é dinâmica e implacavelmente injusto”.

Para terminar a análise da relação conjunta de Piketty, $\tau = r \frac{s}{g}$, vejamos o significado imediato de uma situação em que se tenha $r < g$, por exemplo, $r = 2\%$ e $g = 3\%$. Dados estes valores, temos $\tau = 2 \frac{s}{3}$ e $s = \frac{3}{2} \tau$. Isto significa que a propensão média a poupar s seria cinquenta por cento superior aos lucros por unidade de rendimento τ , num quadro em que se considera que apenas os capitalistas aforram, mesmo tendo em conta a visão lata de Piketty quanto a lucros e aos capitalistas, o que anularia qualquer consumo dos detentores de capital, para além de ser uma impossibilidade macroeconómica no quadro do capitalismo. A propósito disto e genericamente da relação entre g e r , diz-nos SHENK (2014):

Há, no entanto, limites para o que Piketty pensa que a democracia pode assegurar. A economia política, afinal de contas, tem duas perspectivas. A política constitui a esfera de opções em que as pessoas se juntam para decidir os seus destinos. Mas existem certas leis que nem mesmo a vontade unânime do povo pode afastar, e é aí que entram os economistas. De acordo com Piketty, a tendência para o crescimento da desigualdade quando a taxa de rentabilidade do capital excede a taxa de crescimento económico é uma dessas leis. Embora as democracias consigam gerir os desafios que isto coloca, aquela equação fundamental persistirá. A doença é crónica; a questão é se ela vier a revelar-se fatal.

Ainda na mesma linha de raciocínio, os neo-ricardianos e keynesianos podem fechar o modelo com a variável g exógena, mas neste caso trata-se de g necessária ao pleno emprego, considerado global e politicamente desejável. Em situações políticas assentes em profundas alianças de classes contra as classes mais ricas, pode de facto assumir-se g como variável

objectivo nacional. Conhecido isto, determina-se r , sendo então um resultado e não uma variável independente; encontrado r determina-se w , valor que poderia “teoricamente” servir de referência nos contratos colectivos de trabalho, os que agora se querem destruir. Dito de outra maneira, w e r seriam dependentes de um objecto macro, politicamente determinável, socialmente aceitável: o pleno emprego. Em Piketty, na expressão do conjunto das duas relações fundamentais, s é um dado exógeno, independente de tudo, g é também exógena e não se conhece como é que é determinada exogenamente e, sendo assim, determina-se facilmente μ . Obtido mecanicamente μ , da expressão tautológica que é a primeira relação fundamental $\tau = r \mu$, retira-se o valor de τ que é função de r , que aparece calculado de acordo com a sua produtividade marginal, ou seja, de acordo com as condições técnicas de produção. O τ que é, lembrando, o peso dos lucros no rendimento nacional, uma das variáveis centrais no livro de Piketty, é determinado mecanicamente, sem qualquer explicação económica e social decorrente do funcionamento do capitalismo ou a existir alguma explicação cinge-se exclusivamente a condições técnicas de produção.

Como modelo explicativo da criação das desigualdades no capitalismo, a obra de Piketty não passa assim de uma pura mecânica, nada mais que isso. Falar aqui da dinâmica do capitalismo, nas suas leis fundamentais, parece que é ir longe de mais no título do livro e curto de mais nas explicações dadas por esta obra. Na mesma linha de críticas insere-se GAFFARD (2014: 11), quando afirma: “Apesar da riqueza dos materiais empíricos acumulados, as questões teóricas sem resposta na obra de Piketty são numerosas: as da origem das desigualdades, as dos mecanismos do seu alargamento ou eventualmente da sua redução, as das condições de formação de novas rendas mas também as dos efeitos da repartição de rendimento sobre o crescimento”.

Por tudo isto, preferimos antes um retorno aos clássicos através dos keynesianos e dos neo-ricardianos. Preferimos as relações $w(r)$ ou ainda relações centrais para a análise do crescimento económico como as que se seguem.

Seja então o investimento I definido por $I = s_c R$, onde s_c significa a propensão média a poupar dos capitalistas (considerando, por simplificação, que apenas os capitalistas investem) e R a totalidade dos lucros referentes apenas ao sector produtivo. Dividindo ambos os membros desta expressão por K , quantidade de capital da sociedade em análise e que é utilizada no processo produtivo, e recordando que $\frac{I}{K}$ representa a taxa de acumulação do capital e que expressa a taxa de crescimento da economia (g), temos então:

$$r = \frac{g}{s_c}$$

Esta relação ¹⁰ traduz uma relação entre g e r , tal como em Piketty, mas com uma base de análise completamente diferente e sem nenhum dos seus limites. Se considerarmos que o grande problema da sociedade capitalista está expresso pela relação entre w e r , analisemo-la e por duas vias. Uma

¹⁰ A versão mais simples da chamada equação de Cambridge. Poderíamos admitir também a existência de poupança dos trabalhadores, s_w , como poderíamos admitir as transferências para o sector público, impostos sobre os lucros, a serem tomadas como poupança pública e como investimento público, para contrariar a baixa de s_c dos capitalistas e fazer crescer g . Curiosamente, PIKETTY (2013: 367) resume a controvérsia entre as duas escolas de Cambridge que geraram longos e profundos debates apenas ao problema do crescimento económico, sendo este tratado como uma questão técnica, e chega à “brilhante” conclusão que “esta controvérsia se explica em parte pelo facto de que uns e outros não dispunham de dados históricos que permitissem precisar os termos do debate”. Não basta eliminar da história os debates sobre o capital, eliminam-se também os debates sobre a natureza do capital e é isto que faz Piketty.

é admitir que w é a variável independente, determinada pelas forças sindicais e governamentais, realidade existente até aos anos de 1970. Neste caso, a cada w corresponde um valor de r e a este um valor de g , considerando s_c um dado. A outra via é considerar w a variável dependente ou de ajustamento — a realidade depois dos anos de 1980 — e, sendo assim, r é agora a variável independente, que tem subido ao longo deste período. Apesar disto não se tem verificado uma subida de g correspondente, o que só é explicável pela descida de s_c , justificável, por seu lado, pelo aumento do peso dos dividendos no lucro operacional do sector produtivo (OIT, 2011), ou seja, pelo peso crescente do sector financeiro na economia real.

Mais ainda, com esta última relação, podemos concluir que os governos via política central poderão fazer variar s_c de modo a alcançar a taxa de crescimento que se possa pretender. E, com isto, reencontraríamos o problema de Piketty, mas com uma visão completamente diferente, uma vez centrados antes da própria produção e só depois na redistribuição de rendimento. Aliás, a Troika (a Comissão Europeia, o BCE, o FMI) percebeu muito bem isso, de tal forma que o problema maior para estas instituições não é o de reformular o sistema financeiro, é o de forçar ao máximo possível a extracção de lucros onde eles se criam, isto é, na produção. A Troika percebeu muito bem que o excedente se cria e se ganha no momento da produção, levando-a então a criar novos mecanismos de apropriação de forma a satisfazer os mercados financeiros e as empresas multinacionais. Nesse sentido, percebe-se a racionalidade das políticas de austeridade prosseguidas desde há anos.

Assim, por tudo o que foi mostrado e demonstrado, não podemos aceitar a tese de KRUGMAN (2014) quando afirma relativamente a Piketty:

E mesmo que Piketty zombe da profissão de economista, pela sua “paixão infantil pelas matemáticas”, subjacente à sua

discussão está uma incursão altamente conseguida, uma verdadeira façanha mesmo, na modelização económica, uma abordagem, uma metodologia, que integra a análise do crescimento económico com a análise da distribuição de rendimento e de riqueza ¹¹.

A descida de s_c pode igualmente ser compreendida por um outro factor: não se terem criado limites aos antagonismos na repartição de rendimento a favor dos detentores de capitais. Por um lado, a pressão sucessiva à baixa do salário ao longo de todos estes anos tem levado a que os trabalhadores e a pequena burguesia se contenham nas suas despesas para responder à instabilidade face ao futuro e à precariedade cada vez maior no presente, sendo isto factor determinante de um baixo nível de crescimento. Para além disto, hoje, as famílias também retraem o seu consumo para reduzir os seus níveis de endividamento. Paralelamente, o sistema está a fazer com que a classe dominante na apropriação do excedente entre num consumo relativamente descontrolado (os campos de golfe no deserto do Nevada são disso um bom exemplo ¹²), porque os amanhã são ama-

¹¹ Se queremos falar de teoria integrada de repartição de rendimento e crescimento deveremos falar não de Piketty mas sim dos trabalhos dos anos de 1970 nesta área e articulá-los com os problemas da financeirização e da globalização das economias nacionais. Esta posição é pois muito diferente da de Krugman que permanece, tal como Piketty, muito ligado à teoria neoclássica.

¹² “As pessoas são atraídas pelo golfe, porque é a personificação de um estilo de vida que desejam viver com prazer», diz-nos Henry DeLozier, dirigente da empresa de consultoria sediada em Phoenix, a Global Golf Advisors. «O golfe na América parece ter qualidades de promoção social que parecem garantir estatuto a quem o pratica». [...] A construção de um campo de golfe custa aproximadamente 5,2 milhões de dólares, custa o dobro se tem um clube para os desportistas poderem estar, um restaurante e loja de produtos profissionais para o golfe, de acordo com

nhãs que cantam, ou seja, fazem como prática habitual do seu quotidiano a famosa expressão de Kalecki: os trabalhadores gastam o que ganham, os capitalistas ganham o que gastam. E tudo passa a ser-lhes permitido. Com a política económica a seu favor, poderão consumir quase que sem limites porque amanhã recuperarão o que gastaram a mais hoje. Simplesmente, a globalização e a instabilidade económica que lhe está associada até a este nível torna as coisas mais complicadas para uma franja da classe dominante do sector produtivo quanto às possibilidades de recuperarem o excedente que necessitam para pagar consumos passados, devido ao abrandamento do consumo presente dos trabalhadores e ao ciclo vicioso daqui decorrente sobre a actividade económica. Para os outros da mesma classe, o consumo de bens de luxo em excesso faz com que queiram ser tratados não por “os 1% ou os 10%”, mas antes por “os criadores de empregos” — que ironia! Os Estados Unidos parecem ser um exemplo de tudo isto.

4. Globalização e repartição: a necessidade de um regresso aos grandes clássicos¹³

Piketty ao considerar a propensão média a poupar constante não permite compreender os mecanismos de sustentação

um estudo de 2005 feita pela GOLF 20/20, uma associação de operadores de torneios, de fabricantes de equipamentos e de associações de golfe registadas no The World Golf Foundation, um grupo fundado há quinze anos atrás, para promover o interesse pelo golfe. Mas os campos de golfe não são baratos na sua manutenção, os seus custos anuais vão desde os 800 000 até 1,2 milhões de dólares por ano” (SHEVORY, 2009).

¹³ Desde que se declarou a situação de crise em 2008 que nós e os meus colegas Margarida Antunes e Luís Lopes sempre considerámos que esta crise tinha as suas profundas raízes na economia real e não apenas na economia financeira. O crescimento e o disfuncionamento do

do modelo económico presente. Compreender isto implica não só abandonar a homogeneidade de comportamentos de poupança e discriminá-los por classes de rendimento, como também analisar convenientemente a sua variação com a evolução do património respectivo. Isto é tanto mais importante quanto, como vimos anteriormente, qualquer variação de s para s' implica diferentes mecanismos de ajustamento para se reencontrar a nova situação de equilíbrio, caso exista.

Olhemos para o caso dos Estados Unidos como emblemático desta questão, utilizando um estudo do FED (MAKI e PALUMBO, 2001) que mostra a evolução da relação entre o valor patrimonial líquido e o rendimento disponível por grupos homogéneos de rendimento, por um lado, e estuda a ligação ou contribuição de cada um dos grupos na formação da poupança agregada, por outro.

Consideremos a população dividida em cinco classes de rendimento, ou seja, uma repartição em cinco quintis. Da leitura do quadro 1, vale a pena salientar alguns aspectos. Entre 1992 e 2000, os 20% das famílias americanas de maior rendimento tiveram, e por uma larga margem, um aumento acentuado do peso do seu valor patrimonial líquido no seu rendimento disponível e uma diminuição da taxa de poupança em comparação com as restantes famílias americanas, ou seja, em comparação com os 80% das famílias americanas de menor rendimento. Os 20% das famílias de maior rendimento começaram a década de 1990 com uma taxa de poupança consideravelmente mais elevada do que as outras famílias: 8,5% (coluna (C) do quadro 1). No entanto,

sector financeiro era isso sim, do nosso ponto de vista, um disfuncionamento da economia real à escala global. Partindo desta ideia, pensámos em conjunto escrever um livro sobre este tema, mas as dificuldades encontradas para o editar foram tantas que desistimos do projecto. Porém, nas pesquisas feitas sobre estas matérias encontrámos vários textos que serviriam por inteiro para a redacção deste ponto. Dentro destes, sublinhamos o artigo de MAKI e PALUMBO (2001).

a taxa de poupança deste grupo de famílias caiu vertiginosamente durante esta década, cerca de 10,6 p.p. (diferença entre as colunas (D) e (C)), e no ano 2000 representava o único grupo cuja despesa ultrapassava o rendimento disponível, tendo uma taxa de poupança negativa de 2,1%. As taxas de poupança dos 40% das famílias de menor rendimento aumentaram notoriamente e quase que dobraram neste mesmo período. Em 2000, eram estas famílias relativamente pobres que estavam a poupar a taxas consideravelmente mais altas que as restantes famílias americanas.

Quadro 1. Rácios riqueza líquida/rendimento e taxas de poupança por quintil de rendimento

| Categoria de rendimentos | Rácio riqueza líquida/ rendimento | | | Taxa de poupança | | |
|--------------------------|--------------------------------------|-------------|------------------------|------------------|-------------|------------------------|
| | 1992 (A) | 2000 (B) | Diferença (B) – (A) | 1992 (C) | 2000 (D) | Diferença (D) – (C) |
| Total | 468,6 | 612,7 | 144,1 | 5,9 | 1,3 | -4,6 |
| 81% – 100% | 639,5 | 869,2 | 229,7 | 8,5 | -2,1 | -10,6 |
| 61% – 80% | 332,2 | 417,1 | 84,9 | 4,7 | 2,6 | -2,1 |
| 41% – 60% | 326,7 | 364,9 | 38,2 | 2,7 | 2,9 | 0,2 |
| 21% – 40% | 328,2 | 414,5 | 86,3 | 4,2 | 7,4 | 3,2 |
| 0% – 20% | 411,3 | 512,3 | 101,0 | 3,8 | 7,1 | 3,3 |

Na poupança e riqueza líquida estão incluídos os planos de pensões de prestações definidas e as organizações sem fins lucrativos.

Fonte: MAKI e PALUMBO (2001: 25)

Os dados mostram de forma clara que o crescimento mais rápido do peso do património líquido no rendimento disponível assim como o decréscimo acentuado da taxa de poupança das famílias ao longo da década de 1990 podem quase que exclusivamente ser atribuídos ao comportamento do grupo dos 20% das famílias mais ricas dos Estados Unidos.

Para visualizar de modo mais preciso as tendências de que estamos a falar, o quadro 2 decompõe o peso do património líquido no rendimento disponível e as taxas de poupança em 1992 e 2000, de acordo com as contribuições feitas pelas famílias das várias classes de rendimento.

Quadro 2. Contribuições para o rácio riqueza líquida/rendimento e taxa de poupança agregados por quintil de rendimento

| Categoria de rendimento | Rácio riqueza líquida/ rendimento | | | Taxa de poupança | | |
|-------------------------|--------------------------------------|-------------|------------------------|------------------|-------------|------------------------|
| | 1992 (A) | 2000 (B) | Diferença (B) – (A) | 1992 (C) | 2000 (D) | Diferença (D) – (C) |
| Total | 468,6 | 612,7 | 144,1 | 5,9 | 1,3 | -4,6 |
| 81% – 100% | 279,4 | 385,1 | 105,7 | 3,7 | -0,9 | -4,6 |
| 61% – 80% | 81,4 | 100,9 | 19,5 | 1,2 | 0,6 | -0,6 |
| 41% – 60% | 54,9 | 60,2 | 5,3 | 0,5 | 0,5 | 0,0 |
| 21% – 40% | 34,8 | 43,9 | 9,1 | 0,5 | 0,8 | 0,3 |
| 0% – 20% | 18,1 | 22,5 | 4,4 | 0,2 | 0,3 | 0,1 |

Na poupança e riqueza líquida estão incluídos os planos de pensões de prestações definidas e as organizações sem fins lucrativos.

Fonte: MAKI e PALUMBO (2001, p. 27)

Entre 1992 e 2000, o valor agregado do peso do património líquido no rendimento disponível aumenta 144,1 p.p. enquanto a taxa de poupança agregada cai 4,6 p.p. Quanto à primeira variável, só os 20% das famílias mais ricas justificam 105,7 p.p., ou seja, 73% da diferença total, representando então a principal contribuição para explicar a sua evolução. Em relação à taxa de poupança agregada, a sua diminuição é exactamente igual à descida da taxa de poupança desta mesma

classe de rendimento. Tudo isto indicia que há uma ligação directa entre o crescimento do peso do património líquido no rendimento disponível das famílias, provocado pelo *boom* dos mercados financeiros e das bolsas, e a redução da taxa de poupança agregada, sendo o grupo de famílias que mais beneficiou da evolução dos rendimentos o que mais baixou a sua taxa de poupança. Foi o acréscimo da despesa dos americanos mais ricos que gerou o rápido crescimento da despesa agregada verificada ao longo da década. Entre 1992 e 2000, o nível da poupança agregada caiu cerca de 200 mil milhões, reflectindo uma quebra de 240 mil milhões de poupança no conjunto dos 20% das famílias mais ricas dos Estados Unidos, tendo sido esta redução parcialmente compensada por um acréscimo de 40 mil milhões na poupança dos restantes 80% das famílias. Este valor de 240 mil milhões representa 7,5% do nível da despesa de 2000 dos 20% das famílias mais ricas dos Estados Unidos, o que traduz 1 p.p. anual na taxa de crescimento das despesas ao longo do período. Este comportamento dos 20% das famílias mais ricas dos Estados Unidos explica taxas de crescimento americanas razoáveis que escamotearam os efeitos sobre a economia real do modelo. Agravou também o défice externo americano, que não atingiu valores superiores graças ao comportamento do grupo de famílias de menores rendimentos que aumentou a sua taxa de poupança, tendo assim constituído a classe amortecedora dos disfuncionamentos do sistema económico. Também é verdade que foi o consumo na economia americana que dinamizou a economia mundial e foi então o consumo dos mais ricos dos Estados Unidos que mascarou a realidade explosiva que estava a ser criada e que rebentou em 2008.

A partir de então, a procura agregada cai acentuadamente, o que, em conjunto com a obsessão política de redução dos défices públicos, tem prolongado o período de abrandamento económico dos dois lados do Atlântico. Os mercados globais

continuam em disfuncionamento e, mais grave ainda, os estados, essencialmente neoliberais, continuam a recusar-se a substituir os mercados no relançamento das economias, nacionais e global.

Já, em 2009, o antigo Director-Geral do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Kahn, um profundo conhecedor dos mecanismos da economia, diz numa entrevista dada ao jornal *Le Monde* que face à crise económica “não se pode parar com as políticas públicas de apoio ao crescimento. Como a procura privada tem estado a ser extremamente fraca, arriscamo-nos a uma recaída”. Também não acreditava que a Europa conseguisse substituir o consumidor americano para impulsionar o crescimento mundial. Esta apenas tem contribuído para a retracção deste mesmo crescimento com as políticas de austeridade que as instituições europeias e os governos querem impor e têm imposto a todo o continente.

No quadro do crescimento económico que temos vindo a falar, voltemos à relação de Cambridge $r = \frac{g}{s}$. Consideremos agora que s representa a propensão média a poupar não só dos capitalistas, como também dos trabalhadores e do Estado no que respeita às receitas dirigidas a investimento produtivo. Ao contrário de Piketty, esta relação tem um valor explicativo centrado na distribuição de rendimento, uma vez que permite perceber que a prioridade do debate se deve aí centrar, isto é, nos direitos à repartição de rendimento adquiridos antes da produção e até antes da realização (venda) dessa mesma produção e não na redistribuição, após a realização da produção. Deste debate, com a presença do Estado, pode resultar a fixação de w , resultar depois a determinação de r e a conseqüente determinação de g . A distribuição de rendimento, no momento do processo produtivo, será tanto mais fácil de ocorrer quanto maior for a intervenção do Estado na economia, o que é o contrário do que se tem estado a fazer, o que explica em parte os dados estatísticos apresentados pelo próprio Piketty. Caso o

valor de g não seja económica e socialmente aceitável, de acordo com o nível de emprego pretendido e democraticamente escrutinado, o Estado, no âmbito da gestão democrática da variável g , deve actuar sobre a variável s , não através da redução ou contenção dos salários, mas sim, neste caso sim, concordamos com Piketty, através da política fiscal e outras (a redistribuição agora). Com o aumento das receitas fiscais criar-se-iam condições para que o próprio Estado aumentasse os seus investimentos. Em resumo, nenhuma política de distribuição de rendimento exclui a existência de políticas de redistribuição. Tem-se assim inegavelmente um outro valor explicativo da dinâmica do capitalismo que a relação de Piketty puramente tautológica não tem. GALBRAITH (2014) tem assim razão quando afirma:

Em suma, o livro *Capital in the Twenty-First Century* é um livro pesado, cheio de muita boa informação sobre os fluxos de rendimentos, transferências de riqueza e distribuição dos recursos financeiros em alguns dos países mais ricos do mundo. Piketty justamente argumenta, desde o início, que um bom trabalho em economia deve começar por — ou pelo menos incluir — uma análise meticolosa dos factos. Contudo, Piketty não fornece um muito bom guia para a política. E apesar das suas grandes ambições, o seu livro não é um trabalho bem conseguido a um nível teórico profundo como sugere o seu título, a sua dimensão e a recepção de que foi alvo (até agora).

Vale a pena ainda citar CRAIG (CRAIG e SCHUMER, 2004), tal como o fizemos na nossa última aula:

Gostaria de vos dizer uma última coisa. As suas ideias, o que falou, tem consequências inesperadas. E Karl Marx assinalou que uma das consequências não intencionais dos governos era criar um mercado de trabalho para destruir o sistema feudal. Isso levou ao aparecimento do capitalismo. E é o que se pode realmente estar a testemunhar agora, a

ascensão da economia global que está muito para além dos Estados-nação.

Quando se criou uma economia global e se tem ainda Estados-nação, não há nenhuma maneira de corrigir a redistribuição de rendimento e de riqueza. Dizem-nos que no início da nossa história tivemos a migração da indústria de Norte para o Sul, mas todos nós tínhamos maneira de fazer com que isso acontecesse. Mas quando se atravessam as fronteiras nacionais e a economia se torna global, enquanto a soberania é nacional, nós então vemos o desenvolvimento económico a mudar o sistema político. E podemos simplesmente estar a ver algo como o que Marx descreveu, quando ninguém pensava que o sistema feudal ia ser destruído, mas foi. E pode muito bem ser que a economia mundial signifique o fim das soberanias nacionais. Temos necessariamente de ter alguma forma de sistema de governo mundial. Caso contrário, não podemos lidar com todos os desequilíbrios que resultam do facto destes “factores” de produção serem altamente móveis.

Então, pode ser isto o que vai acontecer. E isto pode estar para além da capacidade de alguém fazer o que quer que seja acerca disto e podem-se dar tremendas perturbações tal como se deu com a transição e a transformação do feudalismo para o capitalismo. E isso pode ser exactamente o que está a acontecer sem que ninguém o reconheça.

Na sequência deste, escrevemos:

Na linha de Craig e de acordo com o modelo agora estabelecido, o que está aqui em jogo é a transposição das variáveis dependentes e independentes, é a inversão destes dois papéis com tudo o que essa inversão implica, com toda a violência que temos estado agora a assistir [e esta problemática não está, não existe, no quadro conceptual do livro de Piketty]. Passar o salário de variável independente a variável dependente, passar a taxa de lucro de variável dependente a independente, é todo um mundo que se vira às avessas e é o que se tem estado a construir. Esta mudança significa a desvalorização de tudo o

que era a posição dos clássicos de respeito pelo trabalho, pelo humano, e o trabalho, e o homem, e a criação, tudo isto é agora mercadorizável à escala planetária, tudo isto é resíduo, subalterno, tudo isto é apenas a variável de ajustamento, para utilizar uma expressão de há muitos anos utilizada pela minha colega Margarida Antunes, desde a sua tese de doutoramento, tudo isto representa sociedades inteiras a ficarem dependentes da ganância dos grandes capitais, das consequências das suas perequações de taxa de lucro e das suas optimizações fiscais. E o que se passa agora no quadro europeu é, parece-nos, exactamente a consequência dessa mudança de variável independente, dessa mudança instrumental em que os países do Sul terão de se ajustar às minimizações salariais já impostas algures a favor do aumento da taxa de lucro, se quiserem sobreviver, mas nas mesmas condições que outros já estão a sofrer (MOTA, 2012: 88 s).

Procurar substituir o livro de Marx, *O Capital*, com *Le capital au XXI^e siècle* e no quadro de hipóteses diametralmente opostas às de Marx é, na nossa opinião, um objectivo falhado, e não só pelas críticas que são feitas a este autor, que muitas das vezes são pura e simplesmente apresentadas com ligeireza. Veja-se, por exemplo, o conceito de produtividade que Piketty utiliza quando fala de Marx, veja-se igualmente o seu conceito de capital relativamente aos clássicos.

Sobre a evolução da produtividade, sabemos a importância que esta assumia para Marx no quadro da dinâmica capitalista, quer do ponto de vista da mais-valia relativa quer da contra-tendência à baixa tendencial da taxa de lucro. Observe-se a este propósito a seguinte passagem de PIKETTY (2013: 361) quando está a falar da época de Marx:

A hipótese implícita é que o crescimento da produtividade, especialmente na indústria transformadora, se explica sobretudo pela acumulação de capital na indústria. Dito por outras palavras, produz-se mais somente porque cada trabalhador dispõe de mais máquinas e de equipamentos e não porque

a produtividade enquanto tal — para uma quantidade dada de trabalho e capital — tenha aumentado.

Esta passagem suscita-nos duas observações. Primeira, produzir mais com a mesma quantidade de trabalho e com a mesma quantidade física de capital chama-se aumento na intensidade de trabalho e está, em Marx, na base da formação da mais-valia absoluta. Segunda, produzir mais por trabalhador, a intensidade de trabalho constante, chama-se pura e simplesmente aumento de produtividade, que está na base da criação da mais-valia relativa, conceito este que percorre toda a obra de Marx e na qual há passagens tão fortemente eloquentes como nos *Grundrisen* que mantêm toda a sua actualidade.

Em qualquer manual de economia, a taxa de crescimento

da produtividade do trabalho é dada por
$$d\left(\frac{Y}{L}\right) = \frac{dY}{Y} - \frac{dL}{L},$$

onde $\frac{dY}{Y}$ é a taxa de crescimento do produto e $\frac{dL}{L}$ a taxa de crescimento da população empregada. Repare-se então que não é necessário considerar a mesma quantidade de capital para se falar de produtividade do trabalho, que é imputável exclusivamente às condições técnicas de produção. Falar na mesma quantidade de capital só terá sentido se Piketty, a falar de Marx e agora à boa maneira dos neoclássicos, queira falar em produtividade do capital, mas isso não tem nada a ver com Marx.

Desvalorizar assim Marx e até mesmo Ricardo parece-nos um pouco ligeiro, para não dizer mais nada. No caso deste último autor, Piketty ignora inclusive a grandeza intelectual de RICARDO (1983) com o seu capítulo nos *Princípios* chamado “Sobre as máquinas”. Na terceira edição desta obra

rectifica a sua posição anterior quanto ao progresso técnico, em que considerava que com este necessariamente se aumentava o rendimento, posição esta que de forma dramática reconhece estar errada, passando a admitir que o progresso técnico pode traduzir-se numa baixa do rendimento nacional, uma vez que este último nos clássicos é definido pela quantidade de horas utilizadas na produção e estas podem baixar¹⁴. Segundo RICARDO (1983), o excedente, os lucros, podia aumentar mas os salários poderiam diminuir em valor superior, o que provocaria a descida do rendimento. Em linguagem

moderna, basta ter-se $\frac{d\left(\frac{Y}{L}\right)}{\frac{Y}{L}} > 0$ e $\frac{dY}{Y} < 0$ e $\frac{dL}{L} < 0$.

Não se pode excluir a possibilidade de, em valor absoluto, a taxa de variação do produto ser inferior à taxa de variação do emprego, o que garante um aumento da produtividade do trabalho e uma baixa do emprego e do rendimento nacional.

Ainda relativamente a Marx, o conceito de capital utilizado por Piketty, já vimos, não tem nada a ver com o sentido de capital dado por aquele autor ao estudar a baixa tendencial da taxa de lucro. Pior ainda, o livro de Piketty pretende estudar as dinâmicas do capitalismo do século XXI e coloca no mesmo nível, tanto os lucros, os rendimentos apropriados pelos capitalistas no sentido de Marx, como também todas as outras formas de rendimento como juros, dividendos, mais-valias, etc. e — dizemos — como muitas transferências implícitas para o sector financeiro com origem em rendi-

¹⁴ Esta posição de Ricardo é equivalente à anteriormente analisada quando dissemos que, pela lógica de mercado e face às técnicas dadas, nada garante que seja escolhida a técnica ou sistema de maior produto líquido por trabalhador.

mentos gerados no sector produtivo. Faz a operação equivalente com o capital, colocando como capital tanto o capital da economia real, com o qual se gera o excedente a repartir, como o capital da economia financeira, com o qual se apropriam os lucros gerados na economia real. Por esta via, elimina na sua análise um dos principais centros de contradições do capitalismo moderno, o conflito entre o capital produtivo e o capital financeiro pela apropriação do excedente, cujos efeitos são evidentes na situação económica presente¹⁵. Hoje ninguém pode ignorar o domínio da City ou de Wall Street sobre a economia real. E a taxa de rentabilidade do capital pouco ou nada tem a ver com a taxa de lucro de Marx. E quer-se assim substituir Marx com Piketty! Nesta matéria, vale bem mais ler um financeiro como GRANTHAM (2012: 7):

Karl Marx focou insistentemente a questão da tendência do capitalismo em se fixar no crescimento económico, de tal forma que levaria o capitalismo a esquecer-se de transmitir uma imagem amigável à sociedade e a forçar clara e brutalmente o seu domínio sobre o trabalho. Ironicamente, de certa maneira, Marx e Engels acalentavam esperanças na globalização e nas empresas multinacionais porque, segundo defendiam, tornariam o capitalismo ainda mais poderoso, a passar dos limites, e, eventualmente, imprudente. Seria, segundo proclamavam, uma maneira de dar aos capitalistas um pouco mais de corda para se enforcarem, ou melhor, para se enforcarem a si próprios na revolução dos trabalhadores. A corda para essa

¹⁵ Se dúvidas há sobre este tema, sugerimos a leitura do trabalho de François Morin, bem claro quanto ao forte impacto negativo da norma de rentabilidade exigida pelo capital financeiro ao capital produtivo e da dominância do princípio de criação do valor para o accionista. Veja-se por exemplo a participação de François Morin em MOTA *et al.* (2014).

missão, sugeriam eles com algum humor negro, seria comprada a capitalistas de alta estirpe competitiva, sempre gulosos por um bom negócio. Bem, o tempo vai passando e vai ser difícil ter uma revolução de trabalhadores sem trabalhadores. Não será fácil organizar máquinas-ferramentas robotizadas. No entanto, Marx e Engels têm certamente razão sobre o aspecto de a globalização e as empresas multinacionais reforçarem o poder do capital a expensas do trabalho. Para contrariar a visão apocalíptica de Marx, é preciso um papel moderador dos poderes públicos esclarecidos (mesmo que fossem apenas um pouco esclarecidos seria já encorajador) para moderar esta nova e terrível força destruidora que representa o descontrolo da actual globalização (*globalized Juggernaut*) e isto antes que o capitalismo se torne tão autista que venhamos a ter uma reacção social bem grave.

Conclusão

Vale a pena discutir o livro de Piketty pelo debate lançado sobre a redistribuição de rendimento. Mas, mais importante do que isto, vale a pena discutir os problemas da distribuição de rendimento, os que se levantam na produção ou mesmo antes dela, os que se levantam na regulação dos diversos mercados, os que se levantam igualmente na regulação das trocas internacionais a que aludimos com a pequena citação de Concialdi. Relembremos a propósito o que diz CRAIG (CRAIG e SCHUMER, 2004) na citação utilizada: “Quando se criou uma economia global e se tem ainda Estados-nação, não há nenhuma maneira de corrigir a redistribuição de rendimento e de riqueza”, relembremos também o que diz PALLEY (2014a) sobre este último tema: “É neste ponto que é de insistir no argumento que é o que os críticos da corrente de pensamento económico dominante têm feito (sem qualquer resultado) há décadas. A grande contribuição do livro do Piketty é que cria uma nova oportunidade nesta direcção”.

Se o não fizermos, se não discutirmos todas estas questões e com intensidade, aproveitando a oportunidade que o livro de Piketty levanta, sem que ele próprio o queira, é então seguro que tudo se manterá na mesma. As Universidades continuarão a produzir e a apresentar o mesmo discurso de até agora, os políticos continuarão a dizer que com estas políticas continuaremos a caminho de um mundo harmonioso e os *media* continuarão a “criar-nos provas” de que esta é a verdade. Se assim for, PALLEY (2014a) terá razão quando diz:

Os economistas académicos da corrente de pensamento económico dominante tentarão contrariar [esta dinâmica] e insistirão na “táctica à Leopardo”. A minha previsão é de que a álgebra do “ r menos g ” fará o seu caminho curricular, com a taxa do lucro a ser explicada como sendo o produto marginal do capital; os economistas da escola de Chicago irão contrapor que a economia tem mecanismos que limitam uma grande e prolongada diferença entre r e g ; e os estudantes de Harvard e do MIT terão oportunidade de pesquisar sobre as falhas de mercado defendendo o oposto. O resultado líquido disto é que a teoria económica se manterá basicamente inalterada e ainda mais difícil de mudar.

Já com este artigo em fase de conclusão, um amigo nosso italiano enviou-nos a sua opinião sobre o livro. Ei-la: “Piketty teoriza «a sua» lei de bronze do capital como alternativa à normal, à marxista, à luta de classes, hoje vencida sem combater as superclasses dos super-ricos. Com menos estatísticas e mais honestidade, o multimilionário Warren Buffet não teve dificuldade em afirmar: «está em curso uma luta de classes e nós somos os vencedores»”.

Peguemos neste pequeno texto e vejamos sintetizando tudo o que tem sido dito ao longo deste artigo sobre a forma como a luta de classes é eliminada na análise de Piketty. A taxa de crescimento do produto g é a variável central de Piketty

que é considerada exógena e dada simplesmente pela soma da taxa de crescimento da população empregada com a taxa de crescimento da produtividade do trabalho. É vista assim como um dado meramente técnico e esvaziado dos conflitos sociais do capitalismo. A taxa de rentabilidade do capital, por seu lado, é expressa pela produtividade marginal do capital, ou seja, depende também ela apenas das condições técnicas de produção. Em suma, uma vez que Piketty considera a propensão média a poupar constante, o peso dos lucros no rendimento nacional depende, em situação de equilíbrio, exclusivamente de condições técnicas e nada mais. Diremos, em conclusão, tudo em Piketty é determinado mecanicamente e não pela maior ou menor intensidade no conflito de classes expresso pelas palavras de Buffet. Talvez por isso se queira substituir a Marx, riscando da História o motor da própria História.

A História não se elimina com duas relações tautológicas mas também para falar dela não basta apresentar dados estatísticos. O mesmo se passa com o conflito de classes. E não é por acaso assim, e garantidamente a História mostrar-lo-á, e assim será de novo quando as urnas da Democracia falarem bem mais alto do que tem acontecido até agora, mesmo na Alemanha, onde um precariado está em plena formação. Necessariamente, historicamente, assim será.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Margarida (2005): *O Desemprego na Política Económica — Uma reflexão sobre Portugal no Contexto da União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- BORTKIEWICZ, Ladislaus (1971): *La teoria economica di Marx*. Turim: Ed. Giulio Einaudi.
- CONCIALDI, Pierre (2014): “Para uma convergência económica e social”. Conferência da Rede de Economistas Progressistas e dos Econo-

- mistas Aterrados *Um outro euro para a reconfiguração económica e social da Europa*, Coimbra, Portugal 12 de Março. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- CRAIG, Roberts; SCHUMER, Charles (2004): *Free trade in the new global economy: a discussion on the state of U.S. trade policy*. Washington: The Brookings Institution.
- FAUX, Jeff (2014): “Thomas Piketty undermines the hallowed tenets of the capitalist catechism — Not only does capitalist growth not reduce inequality; it increases it”. *Nation*, <<http://www.thenation.com/article/179413/thomas-piketty-undermines-hallowed-tenets-capitalist-catechism>> [20 de Abril de 2014].
- GAFFARD, Jean-Luc (2014): “*Le capital au XXI^e siècle*: un livre défi pour l’analyse”. *Les notes OFCE*. 40/2, 1-17.
- GALBRAITH, James (2014): “Kapital for the Twenty-First Century?”. *Dissent Spring*, <<http://www.dissentmagazine.org/article/kapital-for-the-twenty-first-century>> [4 Maio de 2014].
- GAREGNANI, Pierangelo (1970): “Heterogeneous Capital, the Production Function and the Theory of Distribution”. *The Review of Economic Studies*. 37/3, 407-436.
- GRANTHAM, Jeremy (2012): “Your Grandchildren Have No Value (And Other Deficiencies of Capitalism)”. *GMO Quarterly Letter-Longest Quarterly Letter*, Fevereiro, 1-15.
- KRUGMAN, Paul (2014): “Why We’re in a New Gilded Age”. *The New York Review of Books*, <<http://www.nybooks.com/articles/archives/2014/may/08/thomas-piketty-new-gilded-age>> [10 de Maio de 2014].
- MAKI, Dean; PALUMBO, Michael (2001): “Disentangling the wealth effect: a cohort analysis of household saving in the 1990’s”. *Finance and Economics Discussion Series Working Papers 2001-21*, The Federal Reserve Board.
- MOTA, Júlio (2012): *De Ricardo a Marx, de Marx a Ricardo, nos caminhos da globalização*. Coimbra: Júlio Mota.
- ; LOPES, Luís; ANTUNES, Margarida (2014): *Perspectivas para uma outra zona euro*. Coimbra: Coimbra Editora.
- OIT (2011): *World of Work Report 2011: making markets work for jobs*. Geneva: OIT.
- PALLEY, Thomas (2014a): “The accidental controversialist: deeper reflections on Thomas Piketty’s ‘Capital’”, <<http://www.thomaspalley.com/?p=422>> [23 de Abril de 2014].
- (2014b): “The flimflam defense of mainstream economics”, <<http://www.thomaspalley.com/?p=425>> [29 de Abril de 2014].

- PASINETTI, Luigi (1975): *Lezione di teoria della produzione*. Bologna: Il Mulino.
- PIKETTY, Thomas (2013): *Le capital au XXI^e siècle*. Paris: Seuil.
- REILLY, Mollie (2013): “Rick Santorum On Middle Class: ‘That’s Marxism Talk,’ ‘There’s No Class In America’”. *The Huffington Post*, <http://www.huffingtonpost.com/2013/08/12/rick-santorum-middle-class_n_3745283.html?utm_hp_ref=tw> [10 de Dezembro de 2013].
- RICARDO, David (1970): *Princípios de Economia Política e de Tributação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SAMUELSON, Paul (1962): “Parable and Realism in Capital Theory: The Surrogate Production Function”. *Review of Economics Studies*. 29/3, 193-206.
- SHENK, Timothy (2014) “Thomas Piketty and Millennial Marxists on the Scourge of Inequality”. *The Nation*, <<http://www.thenation.com/article/179337/thomas-piketty-and-millennial-marxists-scourge-inequality#>> [16 de Abril de 2014].
- SHEVORY, Kristina (2009) “The Course that got away”. *The New York Times*, <<http://www.nytimes.com/2009/01/09/greathomesanddestinations/09golfhomes.html?sq=kristina%20shevory&st=nyt&adxnml=1&scp=1&adxnmlx=1410098864-V1Xt5hNTJ7GcRd7EMEPVbw>> [16 de Abril de 2010].
- SMITH, Adam (1987): *Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SRAFFA, Piero (1960): *Production of commodities by means of commodities*. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press.

Resumo: O livro *Le capital au XXI^e siècle*, de Thomas Piketty, tornou-se num sucesso editorial. Ganhou foros de uma obra-prima, colocável talvez ao lado de Smith, Ricardo, Marx e outros, dizem-nos. Krugman chega mesmo a dizer que esta obra é uma contribuição notável para a economia como ciência ao integrar a análise do crescimento com a da distribuição de rendimento. Tendo como base o modelo neoclássico padrão, o livro de Piketty conclui que a contradição fundamental do capitalismo, o crescimento das desigualdades, advém do facto de a taxa de rentabilidade do capital ser superior à taxa de crescimento da economia, resultando a repartição de rendimento apenas de factores exclusivamente técnicos e nunca de conflitos sociais. Com este artigo, procuramos mostrar que, do ponto de vista da teoria económica e da política económica, este livro está afinal longe de conseguir explicar o aprofundamento das desigualdades na repartição de rendimento do sistema capitalista, limita-se apenas a

explicar a história de um capitalismo na qual a luta de classes aparece como irrelevante. A partir da aula com que nos despedimos da Universidade em 2012, sob o tema *De Ricardo a Marx, de Marx a Ricardo*, passando por uma apreciação crítica ao modelo neoclássico a partir de modelos neo-ricardianos e tomando como referência os grandes clássicos, também Keynes e Sraffa e sobretudo a maioria dos trabalhos da Escola de Cambridge (Inglaterra), sobre a teoria do capital e do crescimento económico, traçamos um outro ponto de vista que permite obter leituras e resultados substancialmente diferentes. A obra de Piketty pode ser considerada importante, mas nunca pelo que quer explicar, talvez sim pelo que mostra e, seguramente, pelo que obriga a pensar quanto à dinâmica da formação das desigualdades na repartição de rendimento num mundo globalizado e conceptualizado pelo modelo neoliberal, de que Piketty verdadeiramente nunca se distancia.

Palavras-chave: Thomas Piketty; capital e distribuição; crescimento económico; paradigma neoclássico, globalização.

About the text “From Ricardo to Marx, From Marx to Ricardo” and about Piketty’s book on the dynamics of inequality in capitalism: Some reflections

Abstract: Thomas Piketty’s book *Capital in the Twenty-First Century* became a best seller all over the world. It has been elevated to the category of a masterpiece and we are even told that it would probably reach the status of the works of Smith, Ricardo, Marx and others. Krugman goes so far as to say that this work is a remarkable contribution to Economics as a science, considering its integration of growth theory and distribution theory. Based upon the standard neoclassical model, Piketty’s book concludes that the fundamental contradiction of capitalism, increasing inequality, is induced by the fact that returns on capital exceed the economic growth rate, income distribution therefore resulting exclusively from technical factors and never from social conflicts. In this text we intend to show that from the point of view of economic theory and economic policy Piketty’s book didn’t succeed at all in explaining the increasing inequality of income distribution in the capitalist system, since he confines itself to a general history of capitalism where class struggle appears as irrelevant. Starting from our farewell lecture that we gave in 2012 at our University, under the theme *From Ricardo to Marx, From Marx to Ricardo*, followed by a critical analysis of the neoclassic model based on neo-Ricardian models and taking as a reference the great classical works, and also Keynes, Sraffa and, above all, most of British Cam-

bridge School works on capital theory and growth theory, we draw a different perspective allowing to arrive at significantly different perspectives and results on the same questions. Piketty's work may be regarded as important, not for what it purports to explain, but rather for what it shows and certainly for inciting a new thinking about the dynamics in the formation of inequality in income distribution in a global world conceptualized by the neoliberal model, from which Piketty in fact never stands off.

Keywords: Thomas Piketty; income distribution; economic growth; neoclassic paradigm; globalization.

Júlio Mota

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra